



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

SENHORES LICITANTES:

OBSERVAR COM ATENÇÃO AS DESCRIÇÕES DETALHADAS DOS ITENS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL DE LICITAÇÃO, DE MODO A EVITAR FALHAS NAS COTAÇÕES QUE, EVENTUALMENTE, POSSAM ACARRETAR EM DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

CONSIDERANDO A ADOÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO PELA SES/DF, SUGERIMOS QUE AS EMPRESAS EFETUEM O CADASTRO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO (SEI) NO www.portalsei.df.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

UASG 926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108/2023 – SES/DF

CNPJ: 00.394.700/0001-08 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 07.329.505/001-89

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO POR ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

ADJUDICAÇÃO: POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO

ESTIMATIVA GERAL: CARÁTER SIGILOSO

PROCESSO Nº: 00060-00027400/2022-62

OBJETO: Solicitação de Registro de Preços para eventual aquisição de material de ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPME) – **CADEIRAS DE RODAS DIVERSAS**, contemplados na Tabela SUS DE OPME do Ministério da Saúde, para atender as demandas da Gerência de Serviços de Saúde Funcional da Secretaria de Saúde do DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	CÓDIGO SUS	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	23102	400796	07.01.01.003-7	Cadeira de rodas (banho) apresentação: com estrutura rígida, monobloco, reforçada, construída em tubos redondos de aço inoxidável de no mínimo 1 polegada de diâmetro de 1,25mm de espessura de parede, soldadas bem acabadas, acoplável ao vaso sanitário, com abertura frontal, apoio de braços removível pelo menos um dos lados, pedais articuláveis rodas traseiras giratórias de 6 polegadas , reforçadas, encosto acolchoado, revestimento em capa impermeável e removível, rodas dianteiras fixadas e reforçadas de 6 polegadas, freios dianteiro bilaterais, aplicação: higienização em sanitário e chuveiro, pintura: eletrostática. Ampla Concorrência.	UN	538
2	23102	400796	07.01.01.003-7	Cadeira de rodas (banho) apresentação: com estrutura rígida, monobloco, reforçada, construída em tubos redondos de aço inoxidável de no mínimo 1 polegada de diâmetro de 1,25mm de espessura de parede, soldadas bem acabadas, acoplável ao vaso sanitário, com abertura frontal, apoio de braços removível pelo menos um dos lados, pedais articuláveis rodas traseiras giratórias de 6 polegadas , reforçadas, encosto acolchoado, revestimento em capa impermeável e removível, rodas dianteiras fixadas e reforçadas de 6 polegadas, freios dianteiro bilaterais, aplicação: higienização em sanitário e chuveiro, pintura: eletrostática. Vinculado ao item 01: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	179
3	38309	404339	07.01.01.025-8	Cadeira de banho com aro de propulsão.Estrutura rígida, monobloco, construída em tubos redondos de alumínio ou aço inoxidável de no mínimo 1 polegada de diâmetro e 1,25 mm de espessura de parede, soldadas, bem acabadas; pintura eletrostática; acoplável ao vaso sanitário comum e adaptado; assento com abertura frontal; apoio de braço escamoteável bilateralmente; apoio de pés rebatíveis bilateralmente; rodas dianteiras giratórias de 6 polegadas, reforçadas; rodas traseiras de 20 a 24 polegadas; freios bilaterais nas rodas traseiras; aros em alumínio ou polipropileno; eixos com rolamentos blindados; encosto acolchoado revestido em capa impermeável e removível. Tamanhos de 40 a 50 de largura. Capacidade de peso: 110 kg. Para higienização em vaso sanitário e chuveiro dos pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES.Unidade. Ampla Concorrência.	UN	355
4	38309	404339	07.01.01.025-8	Cadeira de banho com aro de propulsão.Estrutura rígida, monobloco, construída em tubos redondos de alumínio ou aço inoxidável de no mínimo 1 polegada de diâmetro e 1,25 mm de espessura de parede, soldadas, bem acabadas; pintura eletrostática; acoplável ao vaso sanitário comum e adaptado; assento com abertura frontal; apoio de braço escamoteável bilateralmente; apoio de pés rebatíveis bilateralmente; rodas dianteiras giratórias de 6 polegadas, reforçadas; rodas traseiras de 20 a 24 polegadas; freios bilaterais nas rodas traseiras; aros em alumínio ou polipropileno; eixos com rolamentos blindados; encosto acolchoado revestido em capa impermeável e removível. Tamanhos de 40 a 50 de largura. Capacidade de peso: 110 kg. Para	UN	118

				higienização em vaso sanitário e chuveiro dos pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES.Unidade. Vinculado ao item 03: cota reservada de 25% à ME/EPP.		
5	38308	400779	07.01.01.023-1	Cadeira de banho em concha. Concha confeccionada em polietileno, com acabamento antiderrapante no assento; com apoio de cabeça que permita ajuste em três posições; com abertura e mangueira para saída de água; com quatro pontos de fixação para encaixe do suporte; suporte dobrável em alumínio, com rodas giratórias e trava; acabamento em pintura eletrostática ou epóxi. Altura do apoio de cabeça com o conjunto concha e suporte montado não pode ser inferior a 1 metro. Capacidade de peso: 40 kg. Para higienização e banho de crianças do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES. Unidade. Ampla Concorrência.	UN	201
6	38308	400779	07.01.01.023-1	Cadeira de banho em concha. Concha confeccionada em polietileno, com acabamento antiderrapante no assento; com apoio de cabeça que permita ajuste em três posições; com abertura e mangueira para saída de água; com quatro pontos de fixação para encaixe do suporte; suporte dobrável em alumínio, com rodas giratórias e trava; acabamento em pintura eletrostática ou epóxi. Altura do apoio de cabeça com o conjunto concha e suporte montado não pode ser inferior a 1 metro. Capacidade de peso: 40 kg. Para higienização e banho de crianças do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES. Unidade. Vinculado ao item 05: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	66
7	38307	400782	07.01.01.021-5	Cadeira de rodas para obeso. Cadeira paraplégico adulto confeccionada em tubos de aço carbono ou alumínio aeronáutico; com pintura eletrostática; dobrável em duplo "x"; estofamento confeccionado em nylon impermeável de alta resistência, costurado com faixas de reforço interno, com almofadas de assento em espuma de no mínimo 4 cm de espessura, forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis, apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; rodas traseiras de 24 polegadas; pneus maciços ou infláveis, aro de propulsão em alumínio, cubos de alumínio montados com rolamentos de precisão, eixo de desmontagem rápida tipo "quick release" nas rodas traseiras, fixado em eixo transversal ponta a ponta; rodas dianteiras de 6 a 8 polegadas, montada com rolamentos blindados, garfo de alumínio ou aço, com eixo vertical fixado em cubo de alumínio montado com rolamentos; freios em alumínio bilaterais; pedais removíveis com apoio de pé rebatível e ajustável na altura. Capacidade de peso de 120 a 160 kg. Possibilidade de largura de assento de até 60 cm. Tamanhos a serem definidos no momento do pedido.Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES.Unidade. Ampla Concorrência.	UN	69
8	38307	400782	07.01.01.021-5	Cadeira de rodas para obeso. Cadeira paraplégico adulto confeccionada em tubos de aço carbono ou alumínio aeronáutico; com pintura eletrostática; dobrável em duplo "x"; estofamento confeccionado em nylon impermeável de alta resistência, costurado com faixas de reforço interno, com almofadas de assento em espuma de no mínimo 4 cm de espessura, forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis, apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; rodas traseiras de 24 polegadas; pneus maciços ou infláveis, aro de propulsão em alumínio, cubos de alumínio montados com rolamentos de precisão, eixo de desmontagem rápida tipo "quick release" nas rodas traseiras, fixado em eixo transversal ponta a ponta; rodas dianteiras de 6 a 8 polegadas, montada com rolamentos blindados, garfo de alumínio ou aço, com eixo vertical fixado em cubo de alumínio montado com rolamentos; freios em alumínio bilaterais; pedais removíveis com apoio de pé rebatível e ajustável na altura. Capacidade de peso de 120 a 160 kg. Possibilidade de largura de assento de até 60 cm. Tamanhos a serem definidos no momento do pedido.Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES.Unidade. Vinculado ao item 07: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	23
9	38312	400805	07.01.01.022-3	Cadeira de rodas motorizada com controle em joystick. Estrutura dobrável em x ou duplo x, em aço carbono tubular ou alumínio; articulações e conexões em nylon; assento e encosto fixado sem uso de parafusos, acolchoados e revestidos; encosto reclinável de 0 a 30°, almofadas em espuma de no mínimo 4 cm de espessura, forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; cinto pélvico ou torácico em "Y"; com ou sem apoio de cabeça (a depender da necessidade do paciente) removível e ajustável; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com regulagem de altura e com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; rodas traseiras de 12 a 20 polegadas; rodas dianteiras 8 ou 9 polegadas, ambas com pneus infláveis ou maciços; 2 rodas anti-tombo fixadas à estrutura do chassi, eixos com rolamentos blindados; pés reguláveis em altura e apoio de panturrilha. Motorização com dois motores elétricos de corrente contínua e ímã permanente de no mínimo 200w cada, com torque para transportar um usuário até 140 kg; drive microprocessado que permita aceleração e desaceleração linear e velocidade variável mínima de 0 a 6 km/h, instalado no lado direito ou esquerdo tendo o joystick no próprio módulo; sistema de freio de estacionamento eletromagnético, painel de comando digital com pelo menos chave liga-desliga, indicador de carga, limitador de velocidade e buzina; duas baterias de 12v x 34 ah (mínimo) sem manutenção, que possibilitem autonomia de no mínimo 15 km, recarregáveis por carregador inteligente microprocessado multivoltagem 110v-240v. Bateria com suporte que permita o transporte aéreo. Adaptações: estabilizador lateral de tronco, estabilizador lateral de quadril. As dimensões das cadeiras serão indicadas no momento do pedido, por meio de descrição por profissional da Oficina Ortopédica da Secretaria de Saúde do DF.Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES.Unidade. Ampla Concorrência.	UN	353
10	38312	400805	07.01.01.022-3	Cadeira de rodas motorizada com controle em joystick. Estrutura dobrável em x ou duplo x, em aço carbono tubular ou alumínio; articulações e conexões em nylon; assento e encosto fixado sem uso de parafusos, acolchoados e revestidos; encosto reclinável de 0 a 30°, almofadas em espuma de no mínimo 4 cm de espessura, forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; cinto pélvico ou torácico em "Y"; com ou sem apoio de cabeça (a depender da necessidade do paciente) removível e ajustável; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com regulagem de altura e com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço	UN	117

				ou cadeira; rodas traseiras de 12 a 20 polegadas; rodas dianteiras 8 ou 9 polegadas, ambas com pneus infláveis ou maciços; 2 rodas anti-tombo fixadas à estrutura do chassi, eixos com rolamentos blindados; pés reguláveis em altura e apoio de panturrilha. Motorização com dois motores elétricos de corrente contínua e ímã permanente de no mínimo 200w cada, com torque para transportar um usuário até 140 kg; drive microprocessado que permita aceleração e desaceleração linear e velocidade variável mínima de 0 a 6 km/h, instalado no lado direito ou esquerdo tendo o joystick no próprio módulo; sistema de freio de estacionamento eletromagnético, painel de comando digital com pelo menos chave liga-desliga, indicador de carga, limitador de velocidade e buzina; duas baterias de 12v x 34 ah (mínimo) sem manutenção, que possibilitem autonomia de no mínimo 15 km, recarregáveis por carregador inteligente microprocessado multivoltagem 110v-240v. Bateria com suporte que permita o transporte aéreo. Adaptações: estabilizador lateral de tronco, estabilizador lateral de quadril. As dimensões das cadeiras serão indicadas no momento do pedido, por meio de descrição por profissional da Oficina Ortopédica da Secretaria de Saúde do DF. Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES.Unidade. Vinculado ao item 09: cota reservada de 25% à ME/EPP.		
11	38317	400804	07.01.01.020-7	CADEIRA DE RODAS MONOBLOCO. Confeccionada sob medida, em tubos de aço carbono ou alumínio, com pintura eletrostática; dobrável em L, encosto e assento com estofamento em nylon; com almofada de assento em espuma de no mínimo 4 cm de espessura e com densidade mínima de 28 g/cm³, forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; com ou sem cinto pélvico (a depender da necessidade do paciente); com faixa para panturrilha; com ou sem apoio de braço removíveis ou escamoteáveis (a depender da necessidade do paciente); protetor lateral de roupa rebatível com aba; rodas traseiras de 20 a 24 polegadas (adulto ou infantil, respectivamente), com aro de propulsão em alumínio, com ou sem pinos (a depender da necessidade do paciente); pneus maciços ou infláveis, raios em inox; eixo de desmontagem rápida tipo "quick release" nas rodas traseiras; freios bilaterais; com ou sem rodas anti-tombo (a depender da necessidade do paciente); rodas dianteiras de 5 ou 6 polegadas, garfo de alumínio ou aço fixado em cubos com rolamento de precisão, com rolamentos blindados nos eixos; apoio para pés ergonômico rebatível ou fixo tipo "u", com altura e ângulo de inclinação ajustável. Cambagem opcional. As dimensões das cadeiras serão indicadas no momento do pedido, por meio de descrição por profissional da Oficina Ortopédica da Secretaria de Saúde do DF. Ampla Concorrência.	UN	273
12	38317	400804	07.01.01.020-7	CADEIRA DE RODAS MONOBLOCO. Confeccionada sob medida, em tubos de aço carbono ou alumínio, com pintura eletrostática; dobrável em L, encosto e assento com estofamento em nylon; com almofada de assento em espuma de no mínimo 4 cm de espessura e com densidade mínima de 28 g/cm³, forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; com ou sem cinto pélvico (a depender da necessidade do paciente); com faixa para panturrilha; com ou sem apoio de braço removíveis ou escamoteáveis (a depender da necessidade do paciente); protetor lateral de roupa rebatível com aba; rodas traseiras de 20 a 24 polegadas (adulto ou infantil, respectivamente), com aro de propulsão em alumínio, com ou sem pinos (a depender da necessidade do paciente); pneus maciços ou infláveis, raios em inox; eixo de desmontagem rápida tipo "quick release" nas rodas traseiras; freios bilaterais; com ou sem rodas anti-tombo (a depender da necessidade do paciente); rodas dianteiras de 5 ou 6 polegadas, garfo de alumínio ou aço fixado em cubos com rolamento de precisão, com rolamentos blindados nos eixos; apoio para pés ergonômico rebatível ou fixo tipo "u", com altura e ângulo de inclinação ajustável. Cambagem opcional. As dimensões das cadeiras serão indicadas no momento do pedido, por meio de descrição por profissional da Oficina Ortopédica da Secretaria de Saúde do DF. Vinculado ao item 11: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	90
13	38310	400781	07.01.01.004-5	Cadeira de rodas para tetraplégico anatômica. Módulo superior: confeccionado em alumínio; estrutura monobloco; com ou sem sistema de inclinação do encosto acionado por meio de gatilho; sistema de tilt de no mínimo três posições de ajuste; apoio de cabeça removível, regulável e ajustável; assento e encosto anatômico, confeccionados em espuma de alta densidade e com revestimento em tecido automotivo; com cinto peitoral de 4 pontas ajustável no tamanho; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; assento desmontável e acoplável ao módulo inferior por meio de engate rápido. Módulo inferior: estrutura monobloco tubular, construída em alumínio; eixo transversal de sustentação das rodas traseiras fixas, sendo as rodas traseiras de 16 ou 20 polegadas; pneus maciços e com sistema de desmontagem rápida do tipo "quick-release"; rodas dianteiras de 6 polegadas, maciça, com rolamento blindado; freios bilateral; rodas antitombo; apoio para os pés reguláveis na altura, tipo plataforma, com ou sem faixa de fixação para os pés; com manopla Acabamento em pintura eletrostática. Tamanhos variados com assento de 30 a 44 cm. Dimensões a serem definidas no momento do pedido. Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES.Tamanhos variados, com largura de assento de 38 a 50 cm. Dimensões a serem definidas no momento do pedido. Unidade. Ampla Concorrência.	UN	259
14	38310	400781	07.01.01.004-5	Cadeira de rodas para tetraplégico anatômica. Módulo superior: confeccionado em alumínio; estrutura monobloco; com ou sem sistema de inclinação do encosto acionado por meio de gatilho; sistema de tilt de no mínimo três posições de ajuste; apoio de cabeça removível, regulável e ajustável; assento e encosto anatômico, confeccionados em espuma de alta densidade e com revestimento em tecido automotivo; com cinto peitoral de 4 pontas ajustável no tamanho; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; assento desmontável e acoplável ao módulo inferior por meio de engate rápido. Módulo inferior: estrutura monobloco tubular, construída em alumínio; eixo transversal de sustentação das rodas traseiras fixas, sendo as rodas traseiras de 16 ou 20 polegadas; pneus maciços e com sistema de desmontagem rápida do tipo "quick-release"; rodas dianteiras de 6 polegadas, maciça, com rolamento blindado; freios bilateral; rodas antitombo; apoio para os pés reguláveis na altura, tipo plataforma, com ou sem faixa de fixação para os pés; com manopla Acabamento em pintura eletrostática. Tamanhos variados com assento de 30 a 44 cm. Dimensões a serem definidas no momento do pedido. Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES.Tamanhos variados,	UN	86

				com largura de assento de 38 a 50 cm. Dimensões a serem definidas no momento do pedido. Unidade. Vinculado ao item 13: cota reservada de 25% à ME/EPP.		
15	38313	400774	07.01.01.004-5	Cadeira de rodas para tetraplégico adulto. Confeccionada em tubos de aço carbono ou alumínio; dobrável em X ou em duplo X de alta resistência; com pintura eletrostática; estofamento confeccionado em nylon impermeável de alta resistência; com almofada de assento em espuma de no mínimo 3 cm de espessura, forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; assento e encosto com cinto peitoral de 4 pontos; encosto reclinável com apoio de cabeça removível e ajustável; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou à cadeira; rodas traseiras de 24 polegadas; pneus maciços ou infláveis; com roda antitombo; com ou sem aro de impulsão; cubos de alumínio montados com rolamentos blindado; eixo de desmontagem rápida tipo "quick-release"; roda dianteira de 6 polegadas, montada com rolamentos de precisão; pneus dianteiros maciços com borracha resistente para terrenos acidentados; freios bilaterais; pedais eleváveis e ajustáveis na altura com apoio rebatível lateralmente e apoio para panturrilha de poliuretano. Tamanhos variados, com largura de assento de 38 a 50 cm. Dimensões a serem definidas no momento do pedido. Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES. Unidade. Ampla Concorrência.	UN	202
16	38313	400774	07.01.01.004-5	Cadeira de rodas para tetraplégico adulto. Confeccionada em tubos de aço carbono ou alumínio; dobrável em X ou em duplo X de alta resistência; com pintura eletrostática; estofamento confeccionado em nylon impermeável de alta resistência; com almofada de assento em espuma de no mínimo 3 cm de espessura, forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; assento e encosto com cinto peitoral de 4 pontos; encosto reclinável com apoio de cabeça removível e ajustável; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou à cadeira; rodas traseiras de 24 polegadas; pneus maciços ou infláveis; com roda antitombo; com ou sem aro de impulsão; cubos de alumínio montados com rolamentos blindado; eixo de desmontagem rápida tipo "quick-release"; roda dianteira de 6 polegadas, montada com rolamentos de precisão; pneus dianteiros maciços com borracha resistente para terrenos acidentados; freios bilaterais; pedais eleváveis e ajustáveis na altura com apoio rebatível lateralmente e apoio para panturrilha de poliuretano. Tamanhos variados, com largura de assento de 38 a 50 cm. Dimensões a serem definidas no momento do pedido. Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES. Unidade. Vinculado ao item 15: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	67
17	38315	400805	07.01.01.022-3	CADEIRA DE RODAS MOTORIZADA COM CONTROLE MENTONIANO. Estrutura dobrável em X ou duplo X, em aço carbono tubular ou alumínio aeronáutico; articulações e conexões em nylon; assento e encosto fixado sem uso de parafusos, acolchoados e revestidos; encosto reclinável de 0 a 30°, almofadas em espuma de no mínimo 4 cm de espessura, forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; cinto pélvico ou torácico em "Y"; com ou sem apoio de cabeça (a depender da necessidade do paciente) removível e ajustável; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com regulagem de altura e com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; rodas traseiras de 12 a 20 polegadas; rodas dianteiras 8 ou 9 polegadas, ambas com pneus infláveis ou maciços; 2 rodas anti-tombo fixadas à estrutura do chassi, eixos com rolamentos blindados; pés reguláveis em altura e apoio de panturrilha. Motorização com dois motores elétricos de corrente contínua e imã permanente de no mínimo 200w cada, com torque para transportar um usuário até 140kg; drive microprocessado que permita aceleração e desaceleração linear e velocidade variável mínima de 0 a 6 Km/h, com sistema de controle mentoniano cabeça/sugarsoprar; sistema de freio de estacionamento eletromagnético, painel de comando digital com pelo menos chave liga/desliga, indicador de carga, limitador de velocidade e buzina; duas baterias de 12V x 34AH (mínimo) sem manutenção, que possibilitam autonomia de no mínimo 15Km, recarregáveis por carregador inteligente microprocessado multivoltagem 110V-240V. Bateria com suporte que permita o transporte aéreo. Adaptações: estabilizador lateral de tronco, estabilizador lateral de quadril. As dimensões das cadeiras serão indicadas no momento do pedido, por meio de descrição por profissional da Oficina Ortopédica da Secretaria de Saúde do DF. Ampla Concorrência.	UN	15
18	38315	400805	07.01.01.022-3	CADEIRA DE RODAS MOTORIZADA COM CONTROLE MENTONIANO. Estrutura dobrável em X ou duplo X, em aço carbono tubular ou alumínio aeronáutico; articulações e conexões em nylon; assento e encosto fixado sem uso de parafusos, acolchoados e revestidos; encosto reclinável de 0 a 30°, almofadas em espuma de no mínimo 4 cm de espessura, forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; cinto pélvico ou torácico em "Y"; com ou sem apoio de cabeça (a depender da necessidade do paciente) removível e ajustável; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com regulagem de altura e com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; rodas traseiras de 12 a 20 polegadas; rodas dianteiras 8 ou 9 polegadas, ambas com pneus infláveis ou maciços; 2 rodas anti-tombo fixadas à estrutura do chassi, eixos com rolamentos blindados; pés reguláveis em altura e apoio de panturrilha. Motorização com dois motores elétricos de corrente contínua e imã permanente de no mínimo 200w cada, com torque para transportar um usuário até 140kg; drive microprocessado que permita aceleração e desaceleração linear e velocidade variável mínima de 0 a 6 Km/h, com sistema de controle mentoniano cabeça/sugarsoprar; sistema de freio de estacionamento eletromagnético, painel de comando digital com pelo menos chave liga/desliga, indicador de carga, limitador de velocidade e buzina; duas baterias de 12V x 34AH (mínimo) sem manutenção, que possibilitam autonomia de no mínimo 15Km, recarregáveis por carregador inteligente microprocessado multivoltagem 110V-240V. Bateria com suporte que permita o transporte aéreo. Adaptações: estabilizador lateral de tronco, estabilizador lateral de quadril. As dimensões das cadeiras serão indicadas no momento do pedido, por meio de descrição por profissional da Oficina Ortopédica da Secretaria de Saúde do DF. Vinculado ao item 17: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	5
19	38305	422664	07.01.01.002-9	Cadeira de rodas para paraplégico infantil. Confeccionada em tubos de aço carbono ou alumínio aeronáutico; dobrável em X; com pintura eletrostática; estofamento confeccionado em nylon	UN	220

				impermeável de alta resistência; com almofada de assento em espuma de no mínimo 3 cm de espessura; forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; com cinto abdominal; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; roda traseira de 20 polegadas; pneus maciços ou infláveis; roda antitombo, aro de impulsão em alumínio; cubos de alumínio montados com rolamento de precisão, eixo de desmontagem rápida "quick-release"; placa de sustentação da roda em alumínio; roda dianteira de 5 polegadas com garfo fixado em cubos com rolamento de precisão; raios em inox e com protetor de raio; pneus dianteiros maciços com borracha resistente para terrenos acidentados; freios bilaterais; pedais removíveis com apoio de pé rebatível e ajustável na altura; faixa para panturrilha. Manopla com regulagem de altura. Tamanhos variados com largura de assento de 30 a 36cm que serão definidos no momento do pedido. Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES. Unidade. Ampla Concorrência.		
20	38305	422664	07.01.01.002-9	Cadeira de rodas para paraplégico infantil. Confeccionada em tubos de aço carbono ou alumínio aeronáutico; dobrável em X; com pintura eletrostática; estofamento confeccionado em nylon impermeável de alta resistência; com almofada de assento em espuma de no mínimo 3 cm de espessura; forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; com cinto abdominal; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; roda traseira de 20 polegadas; pneus maciços ou infláveis; roda antitombo, aro de impulsão em alumínio; cubos de alumínio montados com rolamento de precisão, eixo de desmontagem rápida "quick-release"; placa de sustentação da roda em alumínio; roda dianteira de 5 polegadas com garfo fixado em cubos com rolamento de precisão; raios em inox e com protetor de raio; pneus dianteiros maciços com borracha resistente para terrenos acidentados; freios bilaterais; pedais removíveis com apoio de pé rebatível e ajustável na altura; faixa para panturrilha. Manopla com regulagem de altura. Tamanhos variados com largura de assento de 30 a 36cm que serão definidos no momento do pedido. Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES. Unidade. Vinculado ao item 19: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	73
21	31773	400781	07.01.01.002-9	Cadeiras de rodas para paraplégico adulto. Características mínimas: construída em tubos de alumínio aeronáutico dobrável x ou em duplo x de alta resistência, braços bilaterais escamoteados ou removíveis, protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira, apoio injetado, freios em alumínio bilaterais ajustáveis, pedais removíveis com apoio de pé rebatível e ajustável na altura, roda traseira de 24", pneus infláveis ou antifuro, com ou sem roda antitombo, aro de impulsão em alumínio, cubos de alumínio montados com rolamento de precisão, eixo de desmontagem rápida nas rodas trazeiras tipo "quick-release", faixa para panturrilha, roda dianteira de 6" ou 5", montada com rolamentos de precisão, garfo de alumínio fixado em cubos com rolamento de precisão, pneus dianteiros maciços com borracha resistente para terrenos acidentados, estofamento confeccionado em nylon impermeável de alta resistência, almofada do assento com espuma de no mínimo 5cm de alta densidade, com ou sem cinto abdominal. Acabamento em pintura eletrostática. Capacidade de peso até 120kg. Tamanhos variados com largura de assento de até 48 cm. dimensões a serem definidas no momento do pedido. Ampla Concorrência.	UN	1.101
22	31773	400781	07.01.01.002-9	Cadeiras de rodas para paraplégico adulto. Características mínimas: construída em tubos de alumínio aeronáutico dobrável x ou em duplo x de alta resistência, braços bilaterais escamoteados ou removíveis, protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira, apoio injetado, freios em alumínio bilaterais ajustáveis, pedais removíveis com apoio de pé rebatível e ajustável na altura, roda traseira de 24", pneus infláveis ou antifuro, com ou sem roda antitombo, aro de impulsão em alumínio, cubos de alumínio montados com rolamento de precisão, eixo de desmontagem rápida nas rodas trazeiras tipo "quick-release", faixa para panturrilha, roda dianteira de 6" ou 5", montada com rolamentos de precisão, garfo de alumínio fixado em cubos com rolamento de precisão, pneus dianteiros maciços com borracha resistente para terrenos acidentados, estofamento confeccionado em nylon impermeável de alta resistência, almofada do assento com espuma de no mínimo 5cm de alta densidade, com ou sem cinto abdominal. Acabamento em pintura eletrostática. Capacidade de peso até 120kg. Tamanhos variados com largura de assento de até 48 cm. dimensões a serem definidas no mom.ento do pedido. Vinculado ao item 21: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	366
23	33497	400778	07.01.01.024-0	Cadeira de rodas para banho com encosto reclinável, com assento sanitário, apoio de cabeça ajustável, cinto abdominal removível, faixas para panturrilha removíveis, encosto reclinável revestido com tela de poliéster; base com rodas com trava. As dimensões da cadeira serão definidas no momento do pedido. Ampla Concorrência.	UN	182
24	33497	400778	07.01.01.024-0	Cadeira de rodas para banho com encosto reclinável, com assento sanitário, apoio de cabeça ajustável, cinto abdominal removível, faixas para panturrilha removíveis, encosto reclinável revestido com tela de poliéster; base com rodas com trava. As dimensões da cadeira serão definidas no momento do pedido. Vinculado ao item 23: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	60
25	38306	450786	-	Cadeira de banho juvenil. Estrutura em alumínio com pintura epóxi; quadro/estrutura dobrável; com regulagem de inclinação do encosto; com possibilidade de apoio para os membros inferiores estendidos; apoio de cabeça acolchoado e com regulagem de altura; estofamento em nylon impermeável; cintos para tronco, joelhos e quadril; rodas giratórias com freios; anti-tombos dianteiros e traseiros (estrutura de ferro) com travamento rosqueado. Altura do chão até assento não pode ser inferior a 65cm. Capacidade de peso: 80 kg. Para higienização e banho de usuários acima de 40 kg inscritas no Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES. Unidade. Ampla Concorrência.	UN	144
26	38306	450786	-	Cadeira de banho juvenil. Estrutura em alumínio com pintura epóxi; quadro/estrutura dobrável; com regulagem de inclinação do encosto; com possibilidade de apoio para os membros inferiores estendidos; apoio de cabeça acolchoado e com regulagem de altura; estofamento em	UN	47

			nylon impermeável; cintos para tronco, joelhos e quadril; rodas giratórias com freios; anti-tombos dianteiros e traseiros (estrutura de ferro) com travamento rosqueado. Altura do chão até assento não pode ser inferior a 65cm. Capacidade de peso: 80 kg. Para higienização e banho de usuários acima de 40 kg inscritas no Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES. Unidade. Vinculado ao item 25: cota reservada de 25% à ME/EPP.		
--	--	--	--	--	--

Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ATÉ: às 8h59 do dia 12/04/2023.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: às 9 horas do dia 12/04/2023.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.comprasgovernamentais.gov.br

TELEFONE: Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pela Pregoeira no endereço mencionado ou pelo telefone (61) 2017-1131 / 99208-1725 / 99284-4567.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF, sediada no SRTVN 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º Andar, Sala Central de Compras, Brasília/DF; CEP 70.723-040, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço por item para aquisição do objeto especificado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

O presente certame será regido pela Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores; Lei nº 10.520/2002 regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.024/2019; pela Lei Complementar nº 123/2006 regulamentada pela Lei nº 4.611/2011; Lei Distrital nº 6.112/2018 alterada pela Lei nº 6.176/2018; Decreto Distrital nº 26.851/2006 alterado pelo Decreto nº 35.831/2014; Decreto Distrital nº 36.520/2015; Decreto Distrital nº 39.103/2018; Decreto nº 39.860/2019; e Portaria SES-DF nº 170/2018, além das demais normas pertinentes, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado da Central de Compras, da Diretoria de Aquisições, da Subsecretaria de Administração Geral da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica: www.comprasgovernamentais.gov.br, que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

O Edital estará disponível no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. Solicitação de Registro de Preços para eventual aquisição de material de ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPME) – **CADEIRAS DE RODAS DIVERSAS**, contemplados na Tabela SUS DE OPME do Ministério da Saúde, para atender as demandas da Gerência de Serviços de Saúde Funcional da Secretaria de Saúde do DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.

1.2. Integram este Edital todos os seus Anexos.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- 2.1.1.1. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;
- 2.1.1.2. Realizar o procedimento licitatório;
- 2.1.1.3. Gerenciar a ata de registro de preços;
- 2.1.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- 2.1.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
- 2.1.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- 2.1.1.7. Autorizar a solicitação de adesão às atas de registro de preços sob sua gestão.

2.2. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

2.2.1. Homologada a licitação, serão registrados, na ata de registro de preços, os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva.

2.2.2. Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.3. O respectivo registro dos licitantes tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata e, se houver mais de um licitante na referida situação, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

2.2.4. O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no DODF, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.6. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3. DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

2.3.1. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado.

2.3.1.1. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os fornecedores registrados no cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.3.1.2. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

2.3.2. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

2.3.3. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.4. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

2.4. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d", II, do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.4.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

2.4.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

2.4.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

2.4.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

2.4.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

2.4.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

2.4.4. O registro do fornecedor será cancelado quando:

2.4.4.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

2.4.4.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

2.4.4.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

2.4.4.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

2.4.5. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do art. 20, parágrafo único, do Decreto nº 39.103, de 2018, será formalizado pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

2.4.6. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

2.4.6.1. Por razão de interesse público; ou

2.4.6.2. A pedido do fornecedor.

2.5. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

2.5.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item ou lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2.5.2. As aquisições ou contratações adicionais em razão das adesões da ata de registro de preço não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.1. Poderão participar deste Pregão as empresas interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital:

3.1.1. Que estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto nº 4.485, de 2002; art. 4º do Decreto Distrital nº 23.546, de 2003 e art. 19, I do Decreto nº 10.024, de 2019.

3.2. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.3. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação, contratação ou execução de obra ou serviço ou do fornecimento de bens a eles necessários, agente público de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito federal contratante ou responsável pela licitação (Decreto nº 39.860/2019).

3.3.1. A vedação do item 3.3 se aplica às seguintes condições:

3.3.1.1. Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

3.3.1.2. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

3.3.1.3. Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

3.3.1.4. Empresas que se encontrem sob falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;

3.3.1.5. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

3.3.1.6. Empresas ou empresários punidos com suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com a Administração do Distrito Federal, conforme Parecer nº 373/2018;

3.3.1.7. Empresa ou empresário impedido de licitar e contratar com o Distrito Federal conforme disposto no artº 7º da Lei 10.520/2002 e Parecer 160/2019 da PGDF;

3.3.1.8. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);

3.3.1.9. Empresas reunidas em CONSÓRCIO, pois a aquisição não envolve questões de alta complexidade e de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não tenham condições de suprir os requisitos de habilitação. Esta medida busca ampliar a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa, em atendimento ao art. 3º, § 1º, inciso I da Lei nº 8.666/93;

3.3.1.10. Pessoas físicas, servidor, dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.3.1.11. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):

a) agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou

b) agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).

3.3.1.12. A vedação de que trata o item 3.3.1.11. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

3.3.1.13. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).

3.3.1.14. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

3.3.2. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

3.3.3. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

3.3.4. Admite-se participação de sociedades cooperativas, nos termos da Lei nº 5.872/2017 do Distrito Federal.

4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.1.1. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital.

4.1.2. O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a Secretaria de Estado de Saúde, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiro.

4.1.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

4.1.4. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.1.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.1.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4.1.6. A representação do licitante far-se-á por meio de instrumento particular ou público de procuração, com firma reconhecida em cartório, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.1.7. Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

5. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, Pela Lei 4.611/2011, e pelo Decreto Distrital 35.592/2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar

5.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

5.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

5.2.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.2.1. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.3. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

5.3.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

5.4. Para efeito do disposto no 5.3, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

5.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

5.4.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 5.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

5.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 5.4.1 e 5.4.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.5. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 5.4, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.5.1. O disposto no 5.4, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.5.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

5.6. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a administração pública:

5.6.1. Poderá estabelecer nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível **cota** de até 25% (vinte e cinco por cento) destinada a microempresas e empresas de pequeno porte no caso de item(ns) cujo o valor estimado seja superior R\$80.000,00 (oitenta mil reais), quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante, de forma que **os itens 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24 e 26 estão reservados à cota, no percentual de até 25%, destinada às microempresas e empresas de pequeno porte.**

5.7. Durante a realização da sessão pública, caso a empresa classificada com o melhor preço para o subitem preferencial não esteja enquadrada como ME/EPP, proceder-se-á sua desclassificação e o chamamento da ME/EPP mais bem classificada e assim, sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda integralmente as exigências editalícias;

5.7.1. Caso o item de participação preferencial de ME/EPP reste deserto ou não haja microempresa ou empresa de pequeno porte declarada vencedora, será facultado ao licitante melhor colocado do item de ampla concorrência, a assumir o quantitativo da margem preferencial do subitem;

5.7.2. **A aplicação da cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for contratado no subitem da licitação destinada ao mercado geral, em concordância com o §3º, do Art. 26 da Lei Distrital nº 4.611 de 2011.**

6. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

6.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes ao edital deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico: ccomp.dag@saude.df.gov.br.

6.1.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela unidade requisitante, decidir sobre a petição, por meio do sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, no campo correspondente a este edital, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido;

6.1.2. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, **concomitantemente com os documentos exigidos no item "DA HABILITAÇÃO" do edital.**

7.1.1. O prazo para envio da documentação supracitada encerrar-se-á automaticamente na data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública indicados no preâmbulo deste Edital.

7.1.2. Os licitantes deverão inserir proposta, em língua portuguesa, contendo a descrição detalhada do objeto, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia e número do registro na ANVISA.

7.1.3. A proposta deverá, ainda, conter o valor unitário e total, com até quatro casas decimais, em moeda nacional, para cada item a que concorrer.

7.1.4. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, frete, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.1.5. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

7.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema, Pregoeiro ou de sua desconexão.

7.4. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que tem pleno conhecimento das exigências previstas no Edital e declarar que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

7.4.1. A falsidade da declaração de que trata o item 6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 10.024/2019.

7.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema. Aberta a sessão, em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

7.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.7. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no prazo de 2 (duas) horas, contados da solicitação do pregoeiro no sistema, sob pena de desclassificação ou inabilitação a falta de atendimento da convocação.

7.7.1. Excepcionalmente e, a pedido do licitante, o prazo previamente fixado no edital poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, desde que verificados motivos razoáveis para o atendimento da solicitação, por mais 2 (duas) horas, caso a solicitação se dê dentro das primeiras 2 (duas) horas.

7.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas do Distrito Federal, quando participarem de licitações públicas.

7.8.1. O descumprimento das regras supramencionadas poderá ensejar a fiscalização dos órgãos de controle e, após o devido processo legal, caso seja verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço da contratação, gerar a condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.3.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.4. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

8.5. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, e, transcorrido o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.6. Após o encerramento da recepção de lances, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.6.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.8. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.9. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa fechada, mediante justificativa.

DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES

8.10. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Após o encerramento da etapa de lances e negociação, o licitante detentor da melhor oferta deverá encaminhar, no prazo máximo de 2 (duas) horas contados a partir da solicitação do pregoeiro via sistema, a proposta de preços, juntamente com a documentação prevista para sua aceitação.

9.1.1. Finalizadas as negociações, o Pregoeiro(a) desclassificará as propostas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, ou que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

9.1.1.1. Entenda-se por preços excessivos, quando apresentarem valores superiores aos preços global e/ou unitário estimados pela Administração.

9.1.1.2. Entenda-se por preços inexequíveis, os que forem inferiores ao custo de produção, acrescidos dos encargos legais, hipótese em que o licitante será convocado para demonstrar a exequibilidade do preço ofertado. Omissa o licitante ou não demonstrada a viabilidade do preço, a proposta será desclassificada em decisão fundamentada.

9.1.2. Excepcionalmente e a pedido do licitante, o prazo previamente fixado no edital poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, por até 2 (duas) horas, desde que apresentados motivos razoáveis para o atendimento da solicitação e dentro do período previamente estabelecido.

9.2. A proposta deverá conter, entre outras exigências, o nome da proponente, endereço e números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal.

9.3. Os Critérios de Aceitação da Proposta são os seguintes:

I - As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega, parecer nº 16/2015 – PRCON/PGDF e Art 6º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, e serão selecionadas pelo critério **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme o § 1º do Artigo 45 da Lei 8.666/93, observados os requisitos de segurança tanto para os usuários quanto para os profissionais de saúde da Secretaria de Saúde;

II - Os produtos da proposta deverão ter "compatibilidade de especificação técnica e de desempenho", conforme estabelecida no art. 15, inc. I, da Lei nº 8.666/93;

III - As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste documento com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados;

IV - Serão desclassificadas as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência;

V - É indispensável o parecer técnico para os produtos deste Termo de Referência;

VI - A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada, com a especificação em conformidade com o solicitado, contendo indicação clara e detalhada do produto, contendo descrição clara e detalhada do registro do produto junto à ANVISA, bem como a validade para cada produto ofertado;

VII - A proposta deverá conter:

VIII - Nome da proponente, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou no Distrito Federal;

IX - Preço unitário e total do(s) item(s), devendo estar inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, havendo divergência entre os preços unitários e total prevalecerá o primeiro, e se a divergência for entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

X - Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à SES/DF, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentado e consularizado;

XI - A empresa deverá apresentar Declaração comprometendo-se a apresentar, no momento solicitado, a documentação relacionada no **APÊNDICE III** deste Termo de Referência;

XII - A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras.

XIII - A empresa deverá apresentar o Modelo de Proposta, conforme **APÊNDICE V**.

9.4. Acerca do envio de amostra(s) e outras questões nesse tocante, seguem as seguintes previsões editalícias:

I - A solicitação das amostras ficará a critério do parecerista, quando necessário, devendo o fornecedor cumprir os itens a seguir:

II - A (s) empresa (s) vencedoras (s), deverão encaminhar 01 (uma) amostra de cada item ofertado. O prazo para entrega da (s) amostra (s) será de até 5 (cinco) dias úteis a partir da solicitação da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;

III - Serão utilizados para o julgamento de aceitabilidade da proposta de preços os critérios objetivos detalhadamente especificados no Termo de Referência do Edital para avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes;

IV - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações prevista neste Edital e seus Anexos, a proposta do licitante será recusada;

V - As amostras, em plena validade, deverão ser apresentadas em seus invólucros originais, com etiqueta de identificação contendo:

a) Número do processo e da licitação da SES, item Cotado e Data de Entrega;

b) Descrição do Item, Nome do Fornecedor, Representante, Correio eletrônico (e-mail) e Telefone;

VI - As proponentes que tiverem sua amostra de materiais reprovadas pelo parecerista serão desclassificadas, devendo ser convocadas para apresentação de amostras as empresas remanescentes, conforme solicitação da área técnica;

VII - As amostras deverão ser apresentadas juntamente com catálogos e/ou prospectos que contenham a descrição em português detalhada do produto ofertado;

VIII - Caso seja necessário, o parecerista terá autonomia para solicitar apresentação de novas amostras;

IX - Quando as amostras não forem entregues pessoalmente no endereço solicitado, o licitante deverá enviar para o endereço eletrônico: ccomp.daq@saude.df.gov.br o código de rastreamento referente ao envio e/ou postagem de amostra;

X - Excepcionalmente, o prazo fixado para recebimento das amostras poderá ser prorrogado desde que apresentada justificativa, aceita pelo Pregoeiro, e, desde que a postagem da amostra tenha sido efetuada dentro do prazo, o código de rastreamento também deverá ser enviado para o endereço eletrônico: ccomp.daq@saude.df.gov.br;

XI - A metodologia de avaliação técnica das amostras consiste das etapas que estão descritas no **APÊNDICE I**;

XII - As amostras deverão ser entregues no seguinte endereço: **OFICINA ORTOPÉDICA: PARQUE DE APOIO – SES/DF, SIA/SAPS, BLOCO G, LOTE 06 CEP: 71215-000**;

9.4.1. DAS AMOSTRAS APROVADAS

I - As amostras ficarão sob guarda da área técnica responsável para análise comparativa com os produtos recebidos;

II - Não serão devolvidas aos fornecedores;

III - As amostras enviadas deverão estar devidamente identificadas.

9.4.2. DAS AMOSTRAS FRACASSADAS POR DOCUMENTAÇÕES/HABILITAÇÕES

I - A empresa terá o prazo de 7 (sete) dias corridos para retirada do(s) produto(s), a contar da data da informação de sua desabilitação;

II - O(s) material(is) que não for(em) retirado(s) será(ão) incorporado(s) à Oficina Ortopédica;

9.4.3. DAS AMOSTRAS REPROVADAS

I - As empresas terão o prazo de 7 (sete) dias úteis para a retirada da(s) amostra(s), a contar da homologação do Pregão Eletrônico, ou do encaminhamento do resultado do parecer técnico (nas dispensas de licitação/adesão à ata);

II - Não havendo a retirada das amostras pelas empresas, no prazo estabelecido em edital ou ato convocatório, o material será incorporado à Oficina Ortopédica.

9.4.4. Quando, **a critério do parecerista, NÃO FOR SOLICITADO O ENVIO DE AMOSTRAS**, o fornecedor deverá cumprir os itens a seguir:

I - A (s) empresa (s) vencedoras (s) deverá enviar o catálogo e/ou prospectos que contenham a descrição em português detalhada do produto ofertado, que será analisado conforme descritivo do Termo de Referência;

II - O prazo para o envio do catálogo e/ou prospectos será de até 3 (três) dias úteis a partir da solicitação da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para o Endereço Eletrônico: ccomp.daq@saude.df.gov.br;

III - Serão utilizados para o julgamento de aceitabilidade da proposta de preços os critérios objetivos detalhadamente especificados no Termo de Referência do Edital para avaliação dos catálogos, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes;

IV - Caso não seja possível uma avaliação definitiva, o parecerista poderá solicitar o envio de amostras para dirimir eventuais dúvidas, cuja metodologia de avaliação técnica das amostras consiste das etapas que estão descritas no **APÊNDICE I**;

V - No caso de ocorrer atraso na entrega do catálogo, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo reprovação do catálogo, conforme especificações previstas neste Edital e seus Anexos, a proposta do licitante será recusada, devendo ser convocadas as empresas remanescentes para envio do catálogo e documentação do material, conforme solicitação do (a) Pregoeiro (a).

9.5. Caso o prazo de que trata o item 9.3, I não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

9.6. Para efeito de aceitabilidade da proposta, não serão admitidos valores totais nem unitários superiores aos preços estimados pela SES/DF, tal como determina a melhor prática e a jurisprudência dos tribunais de contas.

9.7. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os materiais e serviços serem fornecidos sem ônus adicional.

9.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.

9.9. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, pelo licitante, das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros nos Portais Oficiais do Governo.

10.1.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

10.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no Sicaf acusar no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

10.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

10.1.4. Considerando o art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

10.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

10.2.1. Qualificação técnica

I - Apresentar comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e/ou compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência ou produto similar, por intermédio da apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

II - Não será aceita documentação vencida, toda a documentação apresentada pelos proponentes deverá ser original com cópia para autenticação de servidor designado pela SES-DF ou cópia autenticada por cartório competente.

10.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://www1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei 12.440/2011.

10.2.3. Qualificação econômico-financeira

I - Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, **datado dos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

II - Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

c) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

10.2.4. Habilitação jurídica:

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

a) Cédula de identidade;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e

g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 9º e §§ da Lei 8.666/93, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

10.2.5. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:

I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza;

II - Declaração de que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666/93;

III - Declaração de que é Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, de acordo com o art. 11 do Decreto nº 6.204/07, se for o caso;

IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme estabelecida na Instrução Normativa nº 2/2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MP, publicada no DOU de 17/09/2009;

V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art 93 da Lei 8.213/1991.

VI - Declaração informando se os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

10.3. A documentação exigida para atender ao disposto nos subitens 10.2.2, II, 10.2.3, e 10.2.4, excepcionalizada a alínea "c", poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

10.4. A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo V do Edital.

10.5. A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860/2019, constante no Anexo V do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).

10.6. Nos termos do art. 43 da Lei Complementar 123/2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das micro e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização, nos termos da legislação pertinente.

10.6.1. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e neste Edital e Anexos, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame em seus termos ulteriores ou revogar a licitação se decisão oportuna e conveniente, além de incidir a prescrição contida no art. 7º da Lei 10.520/2002.

10.7. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

10.7.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

10.8. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770/2012.

10.9. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

10.10. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

10.11. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: SRTVN 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º Andar, Sala Central de Compras, Brasília/DF; CEP 70.723-040 - CENTRAL DE COMPRAS (CCOMP).

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro concederá o prazo de, no mínimo, 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.1.1. A intenção de recurso deverá indicar contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

11.1.2. Havendo manifestação, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento, o Pregoeiro não adentrará o mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2. O interessado deverá, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, apresentar as razões do recurso, pelo sistema eletrônico.

11.3. Manifestada a intenção de interpor recurso, ficarão os demais licitantes intimados para, se desejarem, apresentar contrarrazões em igual prazo, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, no momento da sessão do pregão, implicará na decadência desse direito, podendo o pregoeiro adjudicar os objetos à(s) vencedora(s).

11.6. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões e, ao Secretário de Estado de Saúde, a decisão final sobre os recursos contra atos do Pregoeiro.

11.6.1. O pregoeiro também deverá decidir os recursos impetrados, encaminhando-os à autoridade competente apenas quando mantiver sua decisão.

11.7. Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Secretário de Estado de Saúde adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

11.8. Não serão conhecidos os recursos apresentados intempestivamente.

11.9. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: ccomp.daq@saude.df.gov.br.

12. REQUISITOS QUANDO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO/ATA

12.1. O licitante vencedor deverá apresentar a documentação abaixo, na celebração do contrato, em atendimento as Decisões 219/2016, 2.731/2015 e 3.401/2015 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos seguintes termos:

12.1.1. **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)** emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou Autorização Especial (AE) quando se tratar de medicamentos ou substâncias, sujeitos a controle especial. Deverá ser apresentada a concessão (data de cadastro) da AFE ou AE, podendo ser cópia da publicação no Diário Oficial da União (DOU) -destacando a empresa - ou espelho de consulta da AFE ou AE disponível no site da ANVISA;

12.1.2. **Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) Estadual/ Municipal/ Distrital (vigente)**, conforme disposto na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, regulamentado no Decreto nº 74.170 de 10 de junho de 1974;

12.1.3. **Certificado de Boas Práticas de Fabricação/ANVISA**: será obrigatório para os produtos deste Termo de Referência que sejam classificados como grau de risco **Classes III e IV**, segundo a RDC nº 15/2014. **Não serão aceitos protocolos para solicitação do CBPF. Serão aceitos protocolos de Revalidação de CBPF**;

12.1.4. Tratando-se de produto importado, apresentar **Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF)** vigente da unidade fabril por linha de produção emitido pela autoridade sanitária brasileira ou expedido pela autoridade sanitária do país de origem, em plena validade e devidamente traduzido para a língua portuguesa por tradutor juramentado e consularizado;

12.1.5. A empresa deverá apresentar **Certificado de Registro de Produto** em plena validade, inclusive para produtos importados; ou protocolo de revalidação do Certificado de Registro de Produto, expedido pela ANVISA, conforme RDC nº 185/2001 e artigo 12 da Lei nº 6.360 de 23/09/1976. **Não serão aceitos protocolos de solicitação de registro.**

12.2. Por ocasião da emissão da nota de empenho, da assinatura da ata de registro de preços e assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da ata de registro de preços e do contrato.

13. DO CONTRATO

13.1. O contrato terá **vigência de 12 (DOZE) meses, contados a partir da assinatura do instrumento, persistindo as obrigações decorrentes da garantia**, sendo seu extrato publicado no DODF a expensas do Contratante;

13.2. A Administração convocará a empresa vencedora a assinar o Instrumento Contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de recair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Decreto nº 26.851/2006, no Decreto nº 26.993/2006, no decreto nº 27.069 e na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

13.3. É vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco com: (Decreto nº 39.978, de 25/07/2019 e Parecer nº 711/2019 - PGCONS/PGDF)

I - detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou pela contratação; ou

II - autoridade hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão ou entidade.

13.4. O prazo para assinatura do contrato **será de até 05 (cinco) dias úteis contados** a partir da intimação nesse sentido.

13.5. O Contrato subordina-se ao **Termo Padrão N.º 07/2002**, em conformidade com o Decreto 23.287 de 17/10/2002 do Distrito Federal.

13.6. A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n.º 8.666/93 combinado com o Inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

13.7. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, conforme o disposto no Inciso XXIII, do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

13.8. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento, sujeitando o infrator às penalidades legalmente estabelecidas.

13.9. O disposto no item anterior não se aplica aos licitantes convocados nos termos, do art. 64, parágrafo 2º da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

13.10. A inexecução parcial ou total do contrato, de acordo com o artigo 78 da Lei 8.666/93, ensejará a sua rescisão e a penalização da empresa nos termos deste Edital e da Lei 8.666/93.

13.11. Será designado um executor para o contrato, ao qual serão incumbidas as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeiras vigentes (Decreto n.º 16.098 de 29/11/94).

13.12. A alteração de valor contratual, a contar da data-limite para apresentação da proposta, tendo como base o IPCA, em periodicidade anual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

13.13. Da Garantia do Contrato:

13.13.1. A CONTRATADA deverá apresentar individualmente, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data de assinatura do respectivo CONTRATO, carta de garantia no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO que será liberado somente após o término de sua vigência, cabendo-lhe(s) optar por uma das modalidades de garantia previstas no Art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93.

13.14. As situações relacionadas à Nota de Empenho devem ser observadas no texto da Portaria nº 170 de 11 de abril de 2018.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.

14.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços.

14.3. Responsabilizar-se pelas eventuais despesas para execução do serviço solicitado, quaisquer que sejam os seus valores, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) anexo(s) deste ato convocatório.

14.4. Comprovar, mês a mês, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados destinados para a prestação dos serviços.

14.5. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste documento, seus apêndices e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

14.6. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e seus apêndices, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo e procedência;

14.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990;

14.8. Cumprir com o disposto na Lei nº 6.679, de 24/09/2020, que dispõe sobre a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres nas empresas que contratam com o Poder Público do Distrito Federal;

- 14.9. Cumprir com o disposto na Lei nº 6.112, de 02/02/2018, alterada pela Lei nº 6.176 de 16/07/2018 e pela Lei nº 6.308, de 13/06/2019 que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal;
- 14.10. Cumprir com o disposto na Lei nº 8.078, de 11/11/1990, que estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias;
- 14.11. Cumprir com o disposto no Decreto nº 39.736, de 28/03/2019, que dispõe sobre a Política de Governança Pública e Compliance no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal;
- 14.12. Cumprir com o disposto no Decreto 9.178, de 23/10/2017, que altera o Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
- 14.13. Cumprir com o disposto na Portaria nº 356, de 29/07/2019, da Controladoria Geral do Distrito Federal;
- 14.14. Cumprir com o Manual de Boas Práticas de Gestão de Órteses, Próteses e Materiais Especializados do Ministério da Saúde;
- 14.15. Manter, durante toda execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.16. A Contratada deverá encarregar-se e responsabilizar-se pela montagem dos produtos, no ato da entrega e/ou após agendamento do NUPOP, sem qualquer ônus para SES-DF;
- 14.17. Informar ao paciente, por escrito, no momento da entrega do produto, quanto:
- 14.17.1. A manutenção adequada do produto, garantindo o funcionamento e a durabilidade;
 - 14.17.2. Ao direito às revisões periódicas e manutenções quando couberem;
 - 14.17.3. Ao período e a cobertura da garantia;
 - 14.17.4. Às orientações em caso de defeitos;
- 14.18. Essa Secretaria somente entregará o material a ser substituído mediante a apresentação do material a ser entregue pela empresa.
- 14.19. **DA GARANTIA TÉCNICA**
- 14.19.1. O produto adquirido deverá apresentar um prazo de garantia técnica, a partir da data de entrega para o paciente, por no mínimo 12 (doze) meses ou prazo estabelecido pelo fabricante, quando este for superior;
 - 14.19.2. O fabricante responsabilizar-se-á neste período pela integralidade do produto e pela reparação de possíveis problemas ou falhas no funcionamento do bem.
- 14.20. **DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**
- 14.20.1. A empresa fornecedora deverá garantir assistência técnica dos produtos por 12 (doze) meses ou prazo estabelecido pelo fabricante, quando este for superior, contra defeito de fabricação, a partir da data de entrega para o paciente, sem ônus para SES/DF;
 - 14.20.2. Contratada deverá encarregar-se e responsabilizar-se pela retirada, transporte, frete, conserto e entrega dos produtos, quando for o caso, sem qualquer ônus para SES-DF;
 - 14.20.3. O atendimento de assistência técnica deve ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do registro da chamada do paciente;
 - 14.20.4. Os materiais necessários para manutenção dos produtos serão fornecidos pela empresa fornecedora durante o período de garantia, sem ônus à SES/DF;
 - 14.20.5. Fornecer Assistência Técnica em Brasília, pois caso seja constatado algum defeito de fabricação, após a entrega do produto, os pacientes poderão encaminhar diretamente para a Análise Técnica com os técnicos da empresa Contratada, bem como o conserto ou o reparo possa ser realizado de forma imediata, eximindo a SES-DF de qualquer responsabilidade nesse tramite;
 - 14.20.6. Concluir os reparos do prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data da comunicação. Não tendo reparado os defeitos, o material deverá ser substituído por outro novo, idêntico e em perfeito estado de sua propriedade;
 - 14.20.7. A Contratante poderá a qualquer tempo e a seu critério exclusivo, por intermédio do(s) executor(es) do contrato, solicitar a apresentação de comprovação da procedência dos materiais utilizados nos serviços do contrato;
 - 14.20.8. A Contratada deverá garantir os serviços executados, que incluam materiais necessários para assistência técnica, até o final da garantia.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1. Indicar o executor interno do contrato, conforme Art. 67 da Lei 8.666/93 e Dec. 16.098/94, Art. 13, Inciso II e § 3º.
- 15.2. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a contratada.
- 15.3. Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.
- 15.4. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço.
- 15.5. Notificar a contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto contratado.
- 15.6. Emitir "Aceite" do produto a cada entrega, conferindo se o mesmo está de acordo com a especificação exigida no edital;
- 15.7. Comunicar à empresa Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição do material objeto deste Termo de Referência;
- 15.8. Efetuar pagamento de acordo com as normas financeiras e orçamentárias do DF;
- 15.9. Fiscalizar a entrega e rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa Contratada entregar fora das especificações deste Termo de Referência;
- 15.10. Fornecer e colocar à disposição da empresa Contratada todos os elementos e informações que fizerem necessárias à entrega/execução do objeto;

16. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO PRODUTO

16.1. DA ENTREGA

16.1.1. Todos os produtos deverão ser entregues, após agendamento, em até **30 (trinta) dias corridos**, após assinatura do Contrato Administrativo, em dia de expediente do órgão solicitante, em seu horário de funcionamento;

16.1.2. As condições de recebimento dos produtos são as seguintes:

16.1.2.1. A empresa deverá apresentar o produto com a embalagem original íntegra, sem aderência ao produto e umidade, nas condições de temperatura exigida no rótulo. Os produtos deverão ainda, estar separados por lotes e prazos de validade, os quais devem ser especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada produto entregue;

16.1.2.2. As entregas dos insumos na Secretaria de Saúde do Distrito Federal deverão ser agendadas, por meio do e-mail indicado no Pedido de Aquisição de Material - PAM;

16.1.2.3. Todos os dados do rótulo e/ou da bula dos produtos importados devem estar em língua portuguesa;

16.1.2.4. A Nota Fiscal deve conter:

a) Descrição do produto, nome comercial (quando houver), lote, validade, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário, valor total, número de empenho, número do processo, número da Ata de Registro de Preços (quando houver) ou Contrato Administrativo, Número da Autorização de Fornecimento de Material – AFM e quando se tratar de entrega parcelada, deverá ser indicado o número desta;

16.1.2.5. Caso o quantitativo entregue seja superior ao quantitativo definido na Nota de Empenho (muitas vezes necessário para se evitar o fracionamento da embalagem primária e/ou secundária), o fornecedor deverá encaminhar uma carta contendo justificativa do excedente e Nota Fiscal de Simples Remessa, para que possa ser legalizado tal recebimento;

16.1.2.6. Os produtos deverão apresentar em suas embalagens primárias e/ou secundárias a expressão **“PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO”** por meio de etiquetas invioláveis ou carimbos irremovíveis. No caso de embalagens estéreis, não serão aceitos carimbos alcoólicos, tendo em vista a não violação do processo de esterilização;

16.1.2.7. Para fins do Termo de Referência, considera-se etiqueta inviolável aquela que, quando removida, fornece uma real evidência da violação; e

16.1.2.8. O carimbo irremovível mesmo sob atrito ou fricção não deverá se apagar sem danificar a embalagem;

16.1.2.9. Deverão ser observadas pela empresa fornecedora as condições de guarda, armazenamento e transporte dos produtos de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, esterilidade dos mesmos;

16.1.2.10. Quando se tratar de material cujo empilhamento resulte em estrutura instável (exemplo: fraldas, absorventes, dentre outros), a entrega deverá ser realizada de modo que o material seja empilhado de maneira firme, impedindo o deslocamento e deslizamento dos pacotes quando armazenados. Para isto, as pilhas devem ser entregues envoltas por filme plástico ("stretch") ou outro que apresente resultado semelhante. Ou, ainda, os pacotes deverão ser entregues acondicionados em caixas firmes, que possibilitem o empilhamento;

16.1.2.11. Para produtos com prazo de validade total de 24 meses, ou mais:

16.1.2.11.1. Por ocasião de sua entrega na SES/DF, a validade do produto apresentado deve ser de no mínimo 75% do prazo total de validade;

16.1.2.11.2. Na hipótese de impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada, será admitida a entrega do produto com no mínimo 50% da validade a partir da data de fabricação, acompanhado do Termo de Compromisso de Troca - **APÊNDICE IV**, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a substituição no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir da notificação para troca, sendo o descumprimento passível de sanções. O produto entregue na troca deverá ter, no mínimo, 35% do prazo total de validade;

16.1.2.11.3. Na hipótese de entrega de produto com validade inferior a 50% do total, caberá a SES avaliar a oportunidade e conveniência do recebimento, acompanhado do Termo de Compromisso de Troca - **APÊNDICE IV**, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a substituição no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir da notificação para troca, sendo o descumprimento passível de sanções. O produto entregue na troca deverá ter, no mínimo, 35% do prazo total de validade.

16.1.2.12. Para produtos com prazo de validade total inferior a 24 meses:

16.1.2.12.1. Por ocasião de sua entrega na SES/DF, a validade do produto apresentado deve ser de no mínimo 75% do prazo total de validade;

16.1.2.12.2. Na hipótese de entrega de produto com validade inferior a 75% do total, caberá a SES avaliar a oportunidade e conveniência do recebimento, acompanhado do Termo de Compromisso de Troca - **APÊNDICE IV**, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a substituição no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir da notificação para troca, sendo o descumprimento passível de sanções. O produto entregue na troca deverá ter, no mínimo, 75% do prazo total de validade.

16.1.2.13. Os produtos deste Termo de Referência não poderão ser encaminhados via correio.

16.1.3. A CARTA DE TROCA (Apêndice IV do TR) deverá ser fornecida no momento da entrega do material, juntamente com a Nota Fiscal, possibilitando a SES/DF a finalização da Ata de Registro de Preços sem que haja prejuízo dos produtos com prazo expirado no seu estoque, sem ônus adicional ao erário da SES/DF, salientamos que a exigência da Carta de Troca não impacta na competitividade durante a realização do certame;

16.1.4. As entregas deverão ser obrigatoriamente agendadas com a Gerência de Armazenamento e Distribuição de Opme e Dmi, pelo endereço eletrônico: opmecentral.sesdf@gmail.com e os produtos deverão ser entregues conforme especificação, no local abaixo:

16.1.4.1. **GERÊNCIA DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE OPME E DMI:** Parque de Apoio da Secretaria de Saúde - SIA/SGAP - Lote 6 - Bloco G – CEP: 71.215-000. Horário de Atendimento: 14h às 18h.

16.1.5. O prazo para entrega, estabelecido no subitem 16.1.1, poderá ser prorrogado em casos excepcionais, devidamente justificados.

16.1.5.1. Os pedidos de prorrogação de que tratam este subitem serão instruídos e analisados, no que couber, pela GSIE/DFACC e a concessão das alterações, quando for o caso, será autorizada pela a SUAG/SES (Artigos 100, 101 e 102 da Portaria nº 170/2018, SES/DF).

16.1.6. Se a licitante vencedora deixar de entregar o material dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente e neste Edital.

16.2. DO RECEBIMENTO

16.2.1. O material objeto do Termo de Referência será recebido:

16.2.1.1. **Provisoriamente:** mediante termo circunstanciado, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

16.2.1.2. **Definitivamente:** mediante termo circunstanciado, após verificar que o material entregue possui as características consignadas no Termo de Referência, ressalvados os casos de vícios não detectáveis no ato do recebimento, conforme estabelecido no Termo de Referência.

16.2.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela por parte da contratada.

16.2.3. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;

17. DO PAGAMENTO

17.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I - Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias, Seguridade Social e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no Decreto nº 8.302/2014;

II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III - Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

V - Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);

VI - Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).

VII - Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014)

17.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

17.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA.

17.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

17.5. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I - Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

17.6. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86, da Lei 8.666/93.

17.7. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

17.7.1. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:

I - Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

17.7.2. Antes de cada pagamento, deverá ser exigida da contratada a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa), nos termos da alteração ocorrida no art 27 da Lei 8.666/93, em decorrência da Lei nº 12.440 de 2011.

18. DAS PENALIDADES

18.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

18.1.1. As sanções descritas no item 18.1 também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

18.2. Das Espécies

18.2.1. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006, 27.069/2006, de 14/08/2006 e Decreto nº 35.831/2014:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

18.2.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.2.3. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte: (Decreto 39103 de 06/06/2018)

18.2.3.1. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

18.2.3.2. Realizar o procedimento licitatório;

18.2.3.3. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e

18.2.3.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

18.3. Da Advertência

18.3.1. A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

18.4. Da Multa

18.4.1. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

18.4.2. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

18.4.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente..

18.4.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

18.4.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

18.4.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 18.2.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

18.4.7. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 18.4.1.

18.4.8. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 18.4.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

18.5. Da Suspensão

18.5.1. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

- I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;
- II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;
- III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e
- IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:
 - a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
 - b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
 - c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

18.5.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

- I - a SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e
- II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

18.5.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

18.5.4. O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões. Da Declaração de Inidoneidade

18.6. Da Declaração de Inidoneidade

18.6.1. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

18.6.2. A declaração de inidoneidade prevista neste item 18.6 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

18.6.3. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.7. Das Demais Penalidades

18.7.1. As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e
- II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 18.6;
- III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 18.5.3 e 18.5.4.

18.7.2. As sanções previstas nos subitens 18.5 e 18.6 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666/1993 ou 10.520/2002:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e
- III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

18.8. Do Direito de Defesa

18.8.1. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

18.8.2. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

18.8.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

18.8.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

- I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
- II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;
- III - o fundamento legal da sanção aplicada; e
- IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

18.8.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

18.8.6. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 18.3 e 18.4 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.9. Do Assentamento em Registros

18.9.1. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

18.9.2. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

18.10. Da Sujeição a Perdas e Danos

18.10.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

18.11. Disposições Complementares

18.11.1. As sanções previstas nos subitens 18.3, 18.4 e 18.5 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

18.11.2. Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Todo e qualquer pedido de alteração do contrato, oriundo deste Edital, será dirigido à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

19.2. Quando ocorrer discordância ou inversão de numeração de itens, poderá o (a) pregoeiro (a), fazer as correções que julgar necessárias para o seu aproveitamento, no interesse da Administração.

19.3. A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ão) obrigada(s) a entregar os materiais descritos no contrato, no local nela indicado, sem que isso implique em acréscimo nos preços constantes das propostas.

19.4. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea na área da Administração Pública.

19.5. Ao Secretário de Estado de Saúde fica reservado o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, e o dever de anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/93.

19.6. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei nº 8.666/93, art. 65, § 5º).

19.7. O resultado de julgamento do certame será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

19.8. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.9. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

19.9.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item ou item/lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

19.10. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

19.11. A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

19.12. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

19.12.1. serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

19.12.2. será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

19.12.3. o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Distrito Federal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

19.12.4. a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

19.13. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.14. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital nº 5.061, de 8 de março de 2013.

19.15. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

19.16. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

19.17. A Secretária de Saúde do Distrito Federal realiza a publicação, no Portal da Transparência, da súmula dos contratos e aditivos por ela celebrados, conforme determinação constante na Lei Distrital nº 5.575/2015.

19.18. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente no órgão ou na entidade.

19.19. Anexos Do Edital: Anexo I – Termo de Referência e Apêndices, Anexo II – Planilha Consolidada de Preços de Mercado, Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preço, Anexo IV – Minuta de Contrato, Anexo V - Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, Anexo VI - Declaração para fins do decreto nº 39.860/2019.

19.20. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico – SRP

1. DO OBJETO

Solicitação de Registro de Preços para eventual aquisição de material de ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPME) – CADEIRAS DE RODAS DIVERSAS, contemplados na Tabela SUS DE OPME do Ministério da Saúde, para atender as demandas da Gerência de Serviços de Saúde Funcional da Secretaria de Saúde do DF, conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência.

1.1. DO DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	CÓDIGO SUS	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	23102	400796	07.01.01.003-7	Cadeira de rodas (banho) apresentação: com estrutura rígida, monobloco, reforçada, construída em tubos redondos de aço inoxidável de no mínimo 1 polegada de diâmetro de 1,25mm de espessura de parede, soldadas bem acabadas, acoplável ao vaso sanitário, com abertura frontal, apoio de braços removível pelo menos um dos lados, pedais articuláveis rodas traseiras giratórias de 6 polegadas, reforçadas, encosto acolchoado, revestimento em capa impermeável e removível, rodas dianteiras fixadas e reforçadas de 6 polegadas, freios dianteiro bilaterais, aplicação: higienização em sanitário e chuveiro, pintura: eletrostática. Ampla Concorrência.	UN	538
2	23102	400796	07.01.01.003-7	Cadeira de rodas (banho) apresentação: com estrutura rígida, monobloco, reforçada, construída em tubos redondos de aço inoxidável de no mínimo 1 polegada de diâmetro de 1,25mm de espessura de parede, soldadas bem acabadas, acoplável ao vaso sanitário, com abertura frontal, apoio de braços removível pelo menos um dos lados, pedais articuláveis rodas traseiras giratórias de 6 polegadas, reforçadas, encosto acolchoado, revestimento em capa impermeável e removível, rodas dianteiras fixadas e reforçadas de 6 polegadas, freios dianteiro bilaterais, aplicação: higienização em sanitário e chuveiro, pintura: eletrostática. Vinculado ao item 01: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	179
3	38309	404339	07.01.01.025-8	Cadeira de banho com aro de propulsão. Estrutura rígida, monobloco, construída em tubos redondos de alumínio ou aço inoxidável de no mínimo 1 polegada de diâmetro e 1,25 mm de espessura de parede, soldadas, bem acabadas; pintura eletrostática; acoplável ao vaso sanitário comum e adaptado; assento com abertura frontal; apoio de braço escamoteável bilateralmente; apoio de pés rebatíveis bilateralmente; rodas dianteiras giratórias de 6 polegadas, reforçadas; rodas traseiras de 20 a 24 polegadas; freios bilaterais nas rodas traseiras; aros em alumínio ou polipropileno; eixos com rolamentos blindados; encosto acolchoado revestido em capa impermeável e removível. Tamanhos de 40 a 50 de largura. Capacidade de peso: 110 kg. Para higienização em vaso sanitário e chuveiro dos pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES.Unidade. Ampla Concorrência.	UN	355
4	38309	404339	07.01.01.025-8	Cadeira de banho com aro de propulsão. Estrutura rígida, monobloco, construída em tubos redondos de alumínio ou aço inoxidável de no mínimo 1 polegada de diâmetro e 1,25 mm de espessura de parede, soldadas, bem acabadas; pintura eletrostática; acoplável ao vaso sanitário comum e adaptado; assento com abertura frontal; apoio de braço escamoteável bilateralmente; apoio de pés rebatíveis bilateralmente; rodas dianteiras giratórias de 6 polegadas, reforçadas; rodas traseiras de 20 a 24 polegadas; freios bilaterais nas rodas traseiras; aros em alumínio ou polipropileno; eixos com rolamentos blindados; encosto acolchoado revestido em capa impermeável e removível. Tamanhos de 40 a 50 de largura. Capacidade de peso: 110 kg. Para higienização em vaso sanitário e chuveiro dos pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES.Unidade. Vinculado ao item 03: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	118
5	38308	400779	07.01.01.023-1	Cadeira de banho em concha. Concha confeccionada em polietileno, com acabamento antiderrapante no assento; com apoio de cabeça que permita ajuste em três posições; com abertura e mangueira para saída de água; com quatro pontos de fixação para encaixe do suporte; suporte dobrável em alumínio, com rodas giratórias e trava; acabamento em pintura eletrostática ou epóxi. Altura do apoio de cabeça com o conjunto concha e suporte montado não pode ser inferior a 1 metro. Capacidade de peso: 40 kg. Para higienização e banho de crianças do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES. Unidade. Ampla Concorrência.	UN	201
6	38308	400779	07.01.01.023-1	Cadeira de banho em concha. Concha confeccionada em polietileno, com acabamento antiderrapante no assento; com apoio de cabeça que permita ajuste em três posições; com abertura e mangueira para saída de água; com quatro pontos de fixação para encaixe do suporte; suporte dobrável em alumínio, com rodas giratórias e trava; acabamento em pintura eletrostática ou epóxi. Altura do apoio de cabeça com o conjunto concha e suporte montado não pode ser inferior a 1 metro. Capacidade de peso: 40 kg. Para higienização e banho de crianças do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES. Unidade. Vinculado ao item 05: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	66
7	38307	400782	07.01.01.021-5	Cadeira de rodas para obeso. Cadeira paraplégico adulto confeccionada em tubos de aço carbono ou alumínio aeronáutico; com pintura eletrostática; dobrável em duplo "x"; estofamento confeccionado em nylon impermeável de alta resistência, costurado com faixas de reforço interno, com almofadas de assento em espuma de no mínimo 4 cm de espessura,	UN	69

				forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis, apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; rodas traseiras de 24 polegadas; pneus maciços ou infláveis, aro de propulsão em alumínio, cubos de alumínio montados com rolamentos de precisão, eixo de desmontagem rápida tipo "quick release" nas rodas traseiras, fixado em eixo transversal ponta a ponta; rodas dianteiras de 6 a 8 polegadas, montada com rolamentos blindados, garfo de alumínio ou aço, com eixo vertical fixado em cubo de alumínio montado com rolamentos; freios em alumínio bilaterais; pedais removíveis com apoio de pé rebatível e ajustável na altura. Capacidade de peso de 120 a 160 kg. Possibilidade de largura de assento de até 60 cm. Tamanhos a serem definidos no momento do pedido.Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES.Unidade. Ampla Concorrência.		
8	38307	400782	07.01.01.021-5	Cadeira de rodas para obeso. Cadeira paraplégiço adulto confeccionada em tubos de aço carbono ou alumínio aeronáutico; com pintura eletrostática; dobrável em duplo "x"; estofamento confeccionado em nylon impermeável de alta resistência, costurado com faixas de reforço interno, com almofadas de assento em espuma de no mínimo 4 cm de espessura, forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis, apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; rodas traseiras de 24 polegadas; pneus maciços ou infláveis, aro de propulsão em alumínio, cubos de alumínio montados com rolamentos de precisão, eixo de desmontagem rápida tipo "quick release" nas rodas traseiras, fixado em eixo transversal ponta a ponta; rodas dianteiras de 6 a 8 polegadas, montada com rolamentos blindados, garfo de alumínio ou aço, com eixo vertical fixado em cubo de alumínio montado com rolamentos; freios em alumínio bilaterais; pedais removíveis com apoio de pé rebatível e ajustável na altura. Capacidade de peso de 120 a 160 kg. Possibilidade de largura de assento de até 60 cm. Tamanhos a serem definidos no momento do pedido.Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES.Unidade. Vinculado ao item 07: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	23
9	38312	400805	07.01.01.022-3	Cadeira de rodas motorizada com controle em joystick. Estrutura dobrável em x ou duplo x, em aço carbono tubular ou alumínio; articulações e conexões em nylon; assento e encosto fixado sem uso de parafusos, acolchoados e revestidos; encosto reclinável de 0 a 30°, almofadas em espuma de no mínimo 4 cm de espessura, forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; cinto pélvico ou torácico em "Y"; com ou sem apoio de cabeça (a depender da necessidade do paciente) removível e ajustável; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com regulagem de altura e com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; rodas traseiras de 12 a 20 polegadas; rodas dianteiras 8 ou 9 polegadas, ambas com pneus infláveis ou maciços; 2 rodas anti-tombo fixadas à estrutura do chassi, eixos com rolamentos blindados; pés reguláveis em altura e apoio de panturrilha. Motorização com dois motores elétricos de corrente contínua e ímã permanente de no mínimo 200w cada, com torque para transportar um usuário até 140 kg; drive microprocessado que permita aceleração e desaceleração linear e velocidade variável mínima de 0 a 6 km/h, instalado no lado direito ou esquerdo tendo o joystick no próprio módulo; sistema de freio de estacionamento eletromagnético, painel de comando digital com pelo menos chave liga-desliga, indicador de carga, limitador de velocidade e buzina; duas baterias de 12v x 34 ah (mínimo) sem manutenção, que possibilitem autonomia de no mínimo 15 km, recarregáveis por carregador inteligente microprocessado multivoltagem 110v-240v. Bateria com suporte que permita o transporte aéreo. Adaptações: estabilizador lateral de tronco, estabilizador lateral de quadril. As dimensões das cadeiras serão indicadas no momento do pedido, por meio de descrição por profissional da Oficina Ortopédica da Secretaria de Saúde do DF.Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES.Unidade. Ampla Concorrência.	UN	353
10	38312	400805	07.01.01.022-3	Cadeira de rodas motorizada com controle em joystick. Estrutura dobrável em x ou duplo x, em aço carbono tubular ou alumínio; articulações e conexões em nylon; assento e encosto fixado sem uso de parafusos, acolchoados e revestidos; encosto reclinável de 0 a 30°, almofadas em espuma de no mínimo 4 cm de espessura, forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; cinto pélvico ou torácico em "Y"; com ou sem apoio de cabeça (a depender da necessidade do paciente) removível e ajustável; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com regulagem de altura e com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; rodas traseiras de 12 a 20 polegadas; rodas dianteiras 8 ou 9 polegadas, ambas com pneus infláveis ou maciços; 2 rodas anti-tombo fixadas à estrutura do chassi, eixos com rolamentos blindados; pés reguláveis em altura e apoio de panturrilha. Motorização com dois motores elétricos de corrente contínua e ímã permanente de no mínimo 200w cada, com torque para transportar um usuário até 140 kg; drive microprocessado que permita aceleração e desaceleração linear e velocidade variável mínima de 0 a 6 km/h, instalado no lado direito ou esquerdo tendo o joystick no próprio módulo; sistema de freio de estacionamento eletromagnético, painel de comando digital com pelo menos chave liga-desliga, indicador de carga, limitador de velocidade e buzina; duas baterias de 12v x 34 ah (mínimo) sem manutenção, que possibilitem autonomia de no mínimo 15 km, recarregáveis por carregador inteligente microprocessado multivoltagem 110v-240v. Bateria com suporte que permita o transporte aéreo. Adaptações: estabilizador lateral de tronco, estabilizador lateral de quadril. As dimensões das cadeiras serão indicadas no momento do pedido, por meio de descrição por profissional da Oficina Ortopédica da Secretaria de Saúde do DF.Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES.Unidade. Vinculado ao item 09: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	117
11	38317	400804	07.01.01.020-7	CADEIRA DE RODAS MONOBLOCO. Confeccionada sob medida, em tubos de aço carbono ou alumínio, com pintura eletrostática; dobrável em L, encosto e assento com estofamento em nylon; com almofada de assento em espuma de no mínimo 4 cm de espessura e com densidade mínima de 28 g/cm³, forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; com ou sem cinto pélvico (a depender da necessidade do paciente); com faixa para panturrilha; com ou sem apoio de braço removíveis ou escamoteáveis (a depender da necessidade do paciente); protetor lateral de roupa rebatível com aba; rodas traseiras de 20 a 24 polegadas (adulto ou	UN	273

				infantil, respectivamente), com aro de propulsão em alumínio, com ou sem pinos (a depender da necessidade do paciente); pneus maciços ou infláveis, raios em inox; eixo de desmontagem rápida tipo "quick release" nas rodas traseiras; freios bilaterais; com ou sem rodas anti-tombo (a depender da necessidade do paciente); rodas dianteiras de 5 ou 6 polegadas, garfo de alumínio ou aço fixado em cubos com rolamento de precisão, com rolamentos blindados nos eixos; apoio para pés ergonômico rebatível ou fixo tipo "u", com altura e ângulo de inclinação ajustável. Cambagem opcional. As dimensões das cadeiras serão indicadas no momento do pedido, por meio de descrição por profissional da Oficina Ortopédica da Secretaria de Saúde do DF. Ampla Concorrência.		
12	38317	400804	07.01.01.020-7	CADEIRA DE RODAS MONOBLOCO. Confeccionada sob medida, em tubos de aço carbono ou alumínio, com pintura eletrostática; dobrável em L, encosto e assento com estofamento em nylon; com almofada de assento em espuma de no mínimo 4 cm de espessura e com densidade mínima de 28 g/cm ³ , forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; com ou sem cinto pélvico (a depender da necessidade do paciente); com faixa para panturrilha; com ou sem apoio de braço removíveis ou escamoteáveis (a depender da necessidade do paciente); protetor lateral de roupa rebatível com aba; rodas traseiras de 20 a 24 polegadas (adulto ou infantil, respectivamente), com aro de propulsão em alumínio, com ou sem pinos (a depender da necessidade do paciente); pneus maciços ou infláveis, raios em inox; eixo de desmontagem rápida tipo "quick release" nas rodas traseiras; freios bilaterais; com ou sem rodas anti-tombo (a depender da necessidade do paciente); rodas dianteiras de 5 ou 6 polegadas, garfo de alumínio ou aço fixado em cubos com rolamento de precisão, com rolamentos blindados nos eixos; apoio para pés ergonômico rebatível ou fixo tipo "u", com altura e ângulo de inclinação ajustável. Cambagem opcional. As dimensões das cadeiras serão indicadas no momento do pedido, por meio de descrição por profissional da Oficina Ortopédica da Secretaria de Saúde do DF. Vinculado ao item 11: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	90
13	38310	400781	07.01.01.004-5	Cadeira de rodas para tetraplégico anatômica. Módulo superior: confeccionado em alumínio; estrutura monobloco; com ou sem sistema de inclinação do encosto acionado por meio de gatilho; sistema de tilt de no mínimo três posições de ajuste; apoio de cabeça removível, regulável e ajustável; assento e encosto anatômico, confeccionados em espuma de alta densidade e com revestimento em tecido automotivo; com cinto peitoral de 4 pontas ajustável no tamanho; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; assento desmontável e acoplável ao módulo inferior por meio de engate rápido. Módulo inferior: estrutura monobloco tubular, construída em alumínio; eixo transversal de sustentação das rodas traseiras fixas, sendo as rodas traseiras de 16 ou 20 polegadas; pneus maciços e com sistema de desmontagem rápida do tipo "quick-release"; rodas dianteiras de 6 polegadas, maciça, com rolamento blindado; freios bilateral; rodas antitombo; apoio para os pés reguláveis na altura, tipo plataforma, com ou sem faixa de fixação para os pés; com manopla Acabamento em pintura eletrostática. Tamanhos variados com assento de 30 a 44 cm. Dimensões a serem definidas no momento do pedido. Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES. Tamanhos variados, com largura de assento de 38 a 50 cm. Dimensões a serem definidas no momento do pedido. Unidade. Ampla Concorrência.	UN	259
14	38310	400781	07.01.01.004-5	Cadeira de rodas para tetraplégico anatômica. Módulo superior: confeccionado em alumínio; estrutura monobloco; com ou sem sistema de inclinação do encosto acionado por meio de gatilho; sistema de tilt de no mínimo três posições de ajuste; apoio de cabeça removível, regulável e ajustável; assento e encosto anatômico, confeccionados em espuma de alta densidade e com revestimento em tecido automotivo; com cinto peitoral de 4 pontas ajustável no tamanho; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; assento desmontável e acoplável ao módulo inferior por meio de engate rápido. Módulo inferior: estrutura monobloco tubular, construída em alumínio; eixo transversal de sustentação das rodas traseiras fixas, sendo as rodas traseiras de 16 ou 20 polegadas; pneus maciços e com sistema de desmontagem rápida do tipo "quick-release"; rodas dianteiras de 6 polegadas, maciça, com rolamento blindado; freios bilateral; rodas antitombo; apoio para os pés reguláveis na altura, tipo plataforma, com ou sem faixa de fixação para os pés; com manopla Acabamento em pintura eletrostática. Tamanhos variados com assento de 30 a 44 cm. Dimensões a serem definidas no momento do pedido. Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES. Tamanhos variados, com largura de assento de 38 a 50 cm. Dimensões a serem definidas no momento do pedido. Unidade. Vinculado ao item 13: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	86
15	38313	400774	07.01.01.004-5	Cadeira de rodas para tetraplégico adulto. Confeccionada em tubos de aço carbono ou alumínio; dobrável em X ou em duplo X de alta resistência; com pintura eletrostática; estofamento confeccionado em nylon impermeável de alta resistência; com almofada de assento em espuma de no mínimo 3 cm de espessura, forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; assento e encosto com cinto peitoral de 4 pontos; encosto reclinável com apoio de cabeça removível e ajustável; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou à cadeira; rodas traseiras de 24 polegadas; pneus maciços ou infláveis; com roda antitombo; com ou sem aro de impulsão; cubos de alumínio montados com rolamentos blindado; eixo de desmontagem rápida tipo "quick-release"; roda dianteira de 6 polegadas, montada com rolamentos de precisão; pneus dianteiros maciços com borracha resistente para terrenos acidentados; freios bilaterais; pedais eleváveis e ajustáveis na altura com apoio rebatível lateralmente e apoio para panturrilha de poliuretano. Tamanhos variados, com largura de assento de 38 a 50 cm. Dimensões a serem definidas no momento do pedido. Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES. Unidade. Ampla Concorrência.	UN	202
16	38313	400774	07.01.01.004-5	Cadeira de rodas para tetraplégico adulto. Confeccionada em tubos de aço carbono ou alumínio; dobrável em X ou em duplo X de alta resistência; com pintura eletrostática; estofamento confeccionado em nylon impermeável de alta resistência; com almofada de assento em espuma de no mínimo 3 cm de espessura, forrada com capa de mesmo tecido,	UN	67

				lavável, fixada com velcro; assento e encosto com cinto peitoral de 4 pontos; encosto reclinável com apoio de cabeça removível e ajustável; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou à cadeira; rodas traseiras de 24 polegadas; pneus maciços ou infláveis; com roda antitombo; com ou sem aro de impulsão; cubos de alumínio montados com rolamentos blindado; eixo de desmontagem rápida tipo "quick-release"; roda dianteira de 6 polegadas, montada com rolamentos de precisão; pneus dianteiros maciços com borracha resistente para terrenos acidentados; freios bilaterais; pedais eleváveis e ajustáveis na altura com apoio rebatível lateralmente e apoio para panturrilha de poliuretano. Tamanhos variados, com largura de assento de 38 a 50 cm. Dimensões a serem definidas no momento do pedido. Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES. Unidade. Vinculado ao item 15: cota reservada de 25% à ME/EPP.		
17	38315	400805	07.01.01.022-3	CADEIRA DE RODAS MOTORIZADA COM CONTROLE MENTONIANO. Estrutura dobrável em X ou duplo X, em aço carbono tubular ou alumínio aeronáutico; articulações e conexões em nylon; assento e encosto fixado sem uso de parafusos, acolchoados e revestidos; encosto reclinável de 0 a 30°, almofadas em espuma de no mínimo 4 cm de espessura, forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; cinto pélvico ou torácico em "Y"; com ou sem apoio de cabeça (a depender da necessidade do paciente) removível e ajustável; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com regulagem de altura e com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; rodas traseiras de 12 a 20 polegadas; rodas dianteiras 8 ou 9 polegadas, ambas com pneus infláveis ou maciços; 2 rodas anti-tombo fixadas à estrutura do chassi, eixos com rolamentos blindados; pés reguláveis em altura e apoio de panturrilha. Motorização com dois motores elétricos de corrente contínua e imã permanente de no mínimo 200w cada, com torque para transportar um usuário até 140kg; drive microprocessado que permita aceleração e desaceleração linear e velocidade variável mínima de 0 a 6 Km/h, com sistema de controle mentoniano cabeça/sugarsoprar; sistema de freio de estacionamento eletromagnético, painel de comando digital com pelo menos chave liga/desliga, indicador de carga, limitador de velocidade e buzina; duas baterias de 12V x 34AH (mínimo) sem manutenção, que possibilitam autonomia de no mínimo 15Km, recarregáveis por carregador inteligente microprocessado multivoltagem 110V-240V. Bateria com suporte que permita o transporte aéreo. Adaptações: estabilizador lateral de tronco, estabilizador lateral de quadril. As dimensões das cadeiras serão indicadas no momento do pedido, por meio de descrição por profissional da Oficina Ortopédica da Secretaria de Saúde do DF. Ampla Concorrência.	UN	15
18	38315	400805	07.01.01.022-3	CADEIRA DE RODAS MOTORIZADA COM CONTROLE MENTONIANO. Estrutura dobrável em X ou duplo X, em aço carbono tubular ou alumínio aeronáutico; articulações e conexões em nylon; assento e encosto fixado sem uso de parafusos, acolchoados e revestidos; encosto reclinável de 0 a 30°, almofadas em espuma de no mínimo 4 cm de espessura, forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; cinto pélvico ou torácico em "Y"; com ou sem apoio de cabeça (a depender da necessidade do paciente) removível e ajustável; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com regulagem de altura e com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; rodas traseiras de 12 a 20 polegadas; rodas dianteiras 8 ou 9 polegadas, ambas com pneus infláveis ou maciços; 2 rodas anti-tombo fixadas à estrutura do chassi, eixos com rolamentos blindados; pés reguláveis em altura e apoio de panturrilha. Motorização com dois motores elétricos de corrente contínua e imã permanente de no mínimo 200w cada, com torque para transportar um usuário até 140kg; drive microprocessado que permita aceleração e desaceleração linear e velocidade variável mínima de 0 a 6 Km/h, com sistema de controle mentoniano cabeça/sugarsoprar; sistema de freio de estacionamento eletromagnético, painel de comando digital com pelo menos chave liga/desliga, indicador de carga, limitador de velocidade e buzina; duas baterias de 12V x 34AH (mínimo) sem manutenção, que possibilitam autonomia de no mínimo 15Km, recarregáveis por carregador inteligente microprocessado multivoltagem 110V-240V. Bateria com suporte que permita o transporte aéreo. Adaptações: estabilizador lateral de tronco, estabilizador lateral de quadril. As dimensões das cadeiras serão indicadas no momento do pedido, por meio de descrição por profissional da Oficina Ortopédica da Secretaria de Saúde do DF. Vinculado ao item 17: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	5
19	38305	422664	07.01.01.002-9	Cadeira de rodas para paraplégico infantil. Confeccionada em tubos de aço carbono ou alumínio aeronáutico; dobrável em X; com pintura eletrostática; estofamento confeccionado em nylon impermeável de alta resistência; com almofada de assento em espuma de no mínimo 3 cm de espessura; forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; com cinto abdominal; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; roda traseira de 20 polegadas; pneus maciços ou infláveis; roda antitombo, aro de impulsão em alumínio; cubos de alumínio montados com rolamento de precisão, eixo de desmontagem rápida "quick-release"; placa de sustentação da roda em alumínio; roda dianteira de 5 polegadas com garfo fixado em cubos com rolamento de precisão; raios em inox e com protetor de raio; pneus dianteiros maciços com borracha resistente para terrenos acidentados; freios bilaterais; pedais removíveis com apoio de pé rebatível e ajustável na altura; faixa para panturrilha. Manopla com regulagem de altura. Tamanhos variados com largura de assento de 30 a 36cm que serão definidos no momento do pedido. Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES. Unidade. Ampla Concorrência.	UN	220
20	38305	422664	07.01.01.002-9	Cadeira de rodas para paraplégico infantil. Confeccionada em tubos de aço carbono ou alumínio aeronáutico; dobrável em X; com pintura eletrostática; estofamento confeccionado em nylon impermeável de alta resistência; com almofada de assento em espuma de no mínimo 3 cm de espessura; forrada com capa de mesmo tecido, lavável, fixada com velcro; com cinto abdominal; braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis com apoio injetado; protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira; roda traseira de 20 polegadas; pneus maciços ou infláveis; roda antitombo, aro de impulsão em alumínio; cubos de alumínio montados com rolamento de precisão, eixo de desmontagem rápida "quick-release"; placa de sustentação da roda em alumínio; roda dianteira de 5 polegadas com garfo fixado em cubos com rolamento de precisão; raios em inox e com protetor de raio; pneus dianteiros maciços com borracha resistente para	UN	73

				terrenos acidentados; freios bilaterais; pedais removíveis com apoio de pé rebatível e ajustável na altura; faixa para panturrilha. Manopla com regulagem de altura. Tamanhos variados com largura de assento de 30 a 36cm que serão definidos no momento do pedido. Locomoção de pacientes do Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES. Unidade. Vinculado ao item 19: cota reservada de 25% à ME/EPP.		
21	31773	400781	07.01.01.002-9	Cadeiras de rodas para paraplégico adulto. Características mínimas: construída em tubos de alumínio aeronáutico dobrável x ou em duplo x de alta resistência, braços bilaterais escamoteados ou removíveis, protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira, apoio injetado, freios em alumínio bilaterais ajustáveis, pedais removíveis com apoio de pé rebatível e ajustável na altura, roda traseira de 24", pneus infláveis ou antifuro, com ou sem roda antitombo, aro de impulsão em alumínio, cubos de alumínio montados com rolamento de precisão, eixo de desmontagem rápida nas rodas trazeiras tipo "quick-release", faixa para panturrilha, roda dianteira de 6" ou 5", montada com rolamentos de precisão, garfo de alumínio fixado em cubos com rolamento de precisão, pneus dianteiros maciços com borracha resistente para terrenos acidentados, estofamento confeccionado em nylon impermeável de alta resistência, almofada do assento com espuma de no mínimo 5cm de alta densidade, com ou sem cinto abdominal. Acabamento em pintura eletrostática. Capacidade de peso até 120kg. Tamanhos variados com largura de assento de até 48 cm. dimensões a serem definidas no momento do pedido. Ampla Concorrência.	UN	1.101
22	31773	400781	07.01.01.002-9	Cadeiras de rodas para paraplégico adulto. Características mínimas: construída em tubos de alumínio aeronáutico dobrável x ou em duplo x de alta resistência, braços bilaterais escamoteados ou removíveis, protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira, apoio injetado, freios em alumínio bilaterais ajustáveis, pedais removíveis com apoio de pé rebatível e ajustável na altura, roda traseira de 24", pneus infláveis ou antifuro, com ou sem roda antitombo, aro de impulsão em alumínio, cubos de alumínio montados com rolamento de precisão, eixo de desmontagem rápida nas rodas trazeiras tipo "quick-release", faixa para panturrilha, roda dianteira de 6" ou 5", montada com rolamentos de precisão, garfo de alumínio fixado em cubos com rolamento de precisão, pneus dianteiros maciços com borracha resistente para terrenos acidentados, estofamento confeccionado em nylon impermeável de alta resistência, almofada do assento com espuma de no mínimo 5cm de alta densidade, com ou sem cinto abdominal. Acabamento em pintura eletrostática. Capacidade de peso até 120kg. Tamanhos variados com largura de assento de até 48 cm. dimensões a serem definidas no momento do pedido. Vinculado ao item 21: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	366
23	33497	400778	07.01.01.024-0	Cadeira de rodas para banho com encosto reclinável, com assento sanitário, apoio de cabeça ajustável, cinto abdominal removível, faixas para panturrilha removíveis, encosto reclinável revestido com tela de poliéster; base com rodas com trava. As dimensões da cadeira serão definidas no momento do pedido. Ampla Concorrência.	UN	182
24	33497	400778	07.01.01.024-0	Cadeira de rodas para banho com encosto reclinável, com assento sanitário, apoio de cabeça ajustável, cinto abdominal removível, faixas para panturrilha removíveis, encosto reclinável revestido com tela de poliéster; base com rodas com trava. As dimensões da cadeira serão definidas no momento do pedido. Vinculado ao item 23: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	60
25	38306	450786	-	Cadeira de banho juvenil. Estrutura em alumínio com pintura epóxi; quadro/estrutura dobrável; com regulagem de inclinação do encosto; com possibilidade de apoio para os membros inferiores estendidos; apoio de cabeça acolchoado e com regulagem de altura; estofamento em nylon impermeável; cintos para tronco, joelhos e quadril; rodas giratórias com freios; anti-tombos dianteiros e traseiros (estrutura de ferro) com travamento rosqueado. Altura do chão até assento não pode ser inferior a 65cm. Capacidade de peso: 80 kg. Para higienização e banho de usuários acima de 40 kg inscritas no Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES. Unidade. Ampla Concorrência.	UN	144
26	38306	450786	-	Cadeira de banho juvenil. Estrutura em alumínio com pintura epóxi; quadro/estrutura dobrável; com regulagem de inclinação do encosto; com possibilidade de apoio para os membros inferiores estendidos; apoio de cabeça acolchoado e com regulagem de altura; estofamento em nylon impermeável; cintos para tronco, joelhos e quadril; rodas giratórias com freios; anti-tombos dianteiros e traseiros (estrutura de ferro) com travamento rosqueado. Altura do chão até assento não pode ser inferior a 65cm. Capacidade de peso: 80 kg. Para higienização e banho de usuários acima de 40 kg inscritas no Programa de Órtese e Prótese da Oficina Ortopédica da SES. Unidade. Vinculado ao item 25: cota reservada de 25% à ME/EPP.	UN	47

Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. DA MOTIVAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

A aquisição dos objetos deste Termo de Referência visa garantir o abastecimento contínuo das OPMEs fornecidas ambulatorialmente para os pacientes, com indicação da rede SES/DF.

Esclarecemos que são itens padronizados e que possuem padrão de consumo regular.

2.2. DOS OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

A Deficiência Física produz uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas.

O Censo Demográfico de 2010 mostra um aumento de dez pontos percentuais na quantidade relativa de pessoas com deficiência (IBGE, 2010).

A Lei nº 13.146/2015 - Presidência da República, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Constatou-se a necessidade de iniciar novo processo para aquisição regular, visto que as ARP nº 228/2021A (76158191), nº 228/2021B (76158935), nº 228/2021C (76159378), nº 228/2021E (76160654), nº 228/2021F (76164517) foram publicadas no dia 31/12/2021 (77147256), resultantes do Processo SEI 00060-00367314/2020-28.

Cumprir informar que foi solicitada alteração de descritivo de algumas das cadeiras de rodas deste TR, conforme Memorando 44 (82812993), enviado à Comissão de Padronização de Órteses, Próteses e Materiais Especiais - CPOPME - no processo 00060-00148279/2022-10. Nesse sentido, a referida Comissão emitiu parecer favorável à alteração dos descritivos das cadeiras, conforme Despacho (95908042).

A Oficina Ortopédica, formada pelos Núcleos de Produção de Órteses e Próteses (NUPOP) e Núcleo de Atendimento Ambulatorial de Órteses e Próteses e Materiais Especiais (NAOPME), é referência na concessão, confecção e distribuição de OPME ambulatorial do Distrito Federal.

A Oficina Ortopédica possui uma equipe multiprofissional apta a realizar tanto a avaliação do paciente, quanto a sua adaptação e indicação correta das Órteses e Próteses Ambulatoriais integrantes da Tabela de OPME do Ministério da Saúde pela Portaria Interministerial da Secretaria de Ciências, Tecnologia e Insumos Estratégicos sob Portaria nº 17, de 7 de maio 2013.

Dessa maneira, justifica-se tal processo de aquisição a fim de prover a Oficina Ortopédica com as OPMEs necessárias para o atendimento à população usuária do SUS.

Cabe destacar que, segundo manifestação da Gerência de Programação de Órteses e Próteses (GEPOP), por meio do Despacho GEPOP (97746690), os itens objetos deste TR serão entregues mediante distribuição gratuita, não constituindo, portanto, patrimônio desta Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF).

2.3. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Para os insumos padronizados, não haverá necessidade de conter no Termo de Referência, uma vez que tal estudo é realizado no momento da padronização.

2.4. DA JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO SOLICITADO

Os quantitativos solicitados são calculados pela Diretoria de Programação de Órteses e Próteses, DIPOP/SULOG/SES, com base nos relatórios de gestão apresentados pela área técnica demandante.

Para tanto, considera-se a periodicidade de substituição das OPMEs, a demanda atual (lista de espera) e a média de novos inscritos nos últimos 5 (cinco) anos.

Os quantitativos foram definidos conforme descrito nas observações da **SRP 1-22/SRP000170** e visa o abastecimento para o período de 12 (doze) meses em regime de Sistema de Registro de Preço.

Por meio do estudo do relatório de solicitação dos OPME dos últimos 5 anos enviado, foi calculada uma média anual de pacientes cadastrados (visto a validade de uma SRP ser de um ano) e, como de praxe, esta Gerência incidiu 25% sobre essa média, justificada exatamente pelo estoque de segurança destinado a atender à dinamicidade das listas de demanda, pois diariamente novos pacientes se inscrevem no Programa de Órteses e Próteses da SES-DF.

Com o parecer favorável da CPOPME, informa-se que o quantitativo estabelecido na presente solicitação de Sistema de Registro de Preço, para o item novo CADEIRA DE BANHO JUVENIL - código SES 38306, foi extraído do Formulário de Incorporação (91817614) acostado ao processo de padronização 00060-00355345/2022-06.

3. DO ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto Federal nº 10.024/2019, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica por meio do sistema por Registro de Preço.

3.1. DA JUSTIFICATIVA DE REGISTRO DE PREÇO

Será adotado o Sistema de Registro de Preço, devido ao objeto deste Termo de Referência se enquadrar nos Incisos I e II do Art. 3º do Decreto nº 39.103/2018.

3.2. DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO

Considerando a urgência na realização do processo e para minimizar os riscos de desabastecimento, não será realizada a publicação da IRP, em conformidade com o Art. 4º, §1º do Decreto nº 39.103/2018, deste modo, a SES aguarda a edição de norma complementar pela Secretaria de Estado de Economia/SEEC, para efetiva aplicação do dispositivo.

3.3. DA JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

É vedada a participação de consórcio, uma vez que o objeto a ser adquirido não é considerado de alta complexidade ou vulto.

3.4. DA SUBCONTRATAÇÃO

A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto deste Termo de Referência. Tal vedação corre ao encontro do entendimento de que o objeto do presente instrumento pode ser executado por apenas uma empresa, a qual detenha as condições técnicas mínimas já apresentadas.

3.5. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

Nos termos do art. 48, da Lei Complementar nº 123, de 2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147 de 2014 e Lei Distrital nº 4611, de 2011, de acordo com o valor de referência da aquisição.

4. DO VALOR ESTIMADO

A estimativa de preços foi realizada com base nos parâmetros definidos no Decreto Distrital nº 39.453/2018 e foi realizado pela Gerência de Pesquisa de Preços - GEPP/DIAQ/SUAG/SES, na etapa de planejamento de contratação.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1. Conforme o § 2º do art. 7º, do Decreto Distrital nº 39.103/2018, no caso de registro de preços, não é necessária indicação prévia da dotação orçamentária, devendo ser comprovada a existência de recursos orçamentários pelo FSDF, apenas no momento prévio à eventual contratação;
- 5.2. Na modalidade de empenho Ordinário;
- 5.3. **No Elemento 32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.**

6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

- 6.1. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega, parecer nº 16/2015 – PRCON/PGDF e Art 6º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, e serão selecionadas pelo critério **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme o § 1º do Artigo 45 da Lei 8.666/93, observados os requisitos de segurança tanto para os usuários quanto para os profissionais de saúde da Secretaria de Saúde;
- 6.2. Os produtos da proposta deverão ter "compatibilidade de especificação técnica e de desempenho", conforme estabelecida no art. 15, inc. I, da Lei nº 8.666/93;
- 6.3. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste documento com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados;
- 6.4. Serão desclassificadas as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência;
- 6.5. É indispensável o parecer técnico para os produtos deste Termo de Referência;
- 6.6. A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada, com a especificação em conformidade com o solicitado, contendo indicação clara e detalhada do produto, contendo descrição clara e detalhada do registro do produto junto à ANVISA, bem como a validade para cada produto ofertado;
- 6.7. A proposta deverá conter:
- 6.7.1. Nome da proponente, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou no Distrito Federal;
- 6.7.2. Preço unitário e total do(s) item(s), devendo estar inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, havendo divergência entre os preços unitários e total prevalecerá o primeiro, e se a divergência for entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
- 6.8. Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à SES/DF, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentado e consularizado;
- 6.9. A empresa deverá apresentar Declaração comprometendo-se a apresentar, no momento solicitado, a documentação relacionada no **APÊNDICE III** deste Termo de Referência;
- 6.10. A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras.
- 6.11. A empresa deverá apresentar o Modelo de Proposta, conforme **APÊNDICE V**.

7. DAS AMOSTRAS

- 7.1. A solicitação das amostras ficará a critério do parecerista, quando necessário, devendo o fornecedor cumprir os itens a seguir:
- 7.2. A (s) empresa (s) vencedoras (s), deverão encaminhar 01 (uma) amostra de cada item ofertado. O prazo para entrega da (s) amostra (s) será de até 5 (cinco) dias úteis a partir da solicitação da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;
- 7.2.1. Serão utilizados para o julgamento de aceitabilidade da proposta de preços os critérios objetivos detalhadamente especificados no Termo de Referência do Edital para avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes;
- 7.2.2. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações prevista neste Edital e seus Anexos, a proposta do licitante será recusada;
- 7.2.3. As amostras, em plena validade, deverão ser apresentadas em seus invólucros originais, com etiqueta de identificação contendo:
- 7.2.3.1. Número do processo e da licitação da SES, item Cotado e Data de Entrega;
- 7.2.3.2. Descrição do Item, Nome do Fornecedor, Representante, Correio eletrônico (e-mail) e Telefone;
- 7.2.4. As proponentes que tiverem sua amostra de materiais reprovadas pelo parecerista serão desclassificadas, devendo ser convocadas para apresentação de amostras as empresas remanescentes, conforme solicitação da área técnica;
- 7.2.5. As amostras deverão ser apresentadas juntamente com catálogos e/ou prospectos que contenham a descrição em português detalhada do produto ofertado;
- 7.2.6. Caso seja necessário, o parecerista terá autonomia para solicitar apresentação de novas amostras;
- 7.2.7. Quando as amostras não forem entregues pessoalmente no endereço solicitado, o licitante deverá enviar para o endereço eletrônico: ccomp.daq@saude.df.gov.br o código de rastreamento referente ao envio e/ou postagem de amostra;
- 7.2.8. Excepcionalmente, o prazo fixado para recebimento das amostras poderá ser prorrogado desde que apresentada justificativa, aceita pelo Pregoeiro, e, desde que a postagem da amostra tenha sido efetuada dentro do prazo, o código de rastreamento também deverá ser enviado para o endereço eletrônico: ccomp.daq@saude.df.gov.br;
- 7.2.9. A metodologia de avaliação técnica das amostras consiste das etapas que estão descritas no **APÊNDICE I**;
- 7.2.10. As amostras deverão ser entregues no seguinte endereço: **OFICINA ORTOPÉDICA: PARQUE DE APOIO – SES/DF, SIA/SAPS, BLOCO G, LOTE 06 CEP: 71215-000**;

7.3. DAS AMOSTRAS APROVADAS

- 7.3.1. As amostras ficarão sob guarda da área técnica responsável para análise comparativa com os produtos recebidos;
- 7.3.2. Não serão devolvidas aos fornecedores;
- 7.3.3. As amostras enviadas deverão estar devidamente identificadas.

7.4. DAS AMOSTRAS FRACASSADAS POR DOCUMENTAÇÕES/HABILITAÇÕES

7.4.1. A empresa terá o prazo de 7 (sete) dias corridos para retirada do(s) produto(s), a contar da data da informação de sua desabilitação;

7.4.2. O(s) material(is) que não for(em) retirado(s) será(ão) incorporado(s) à Oficina Ortopédica;

7.5. DAS AMOSTRAS REPROVADAS

7.5.1. As empresas terão o prazo de 7 (sete) dias úteis para a retirada da(s) amostra(s), a contar da homologação do Pregão Eletrônico, ou do encaminhamento do resultado do parecer técnico (nas dispensas de licitação/adesão à ata);

7.5.2. Não havendo a retirada das amostras pelas empresas, no prazo estabelecido em edital ou ato convocatório, o material será incorporado à Oficina Ortopédica.

7.6. Quando, a critério do parecerista, **NÃO FOR SOLICITADO O ENVIO DE AMOSTRAS**, o fornecedor deverá cumprir os itens a seguir:

7.6.1. A (s) empresa (s) vencedora (s) deverá enviar o catálogo e/ou prospectos que contenham a descrição em português detalhada do produto ofertado, que será analisado conforme descritivo deste Termo de Referência;

7.6.1.1. O prazo para o envio do catálogo e/ou prospectos será de até 3 (três) dias úteis a partir da solicitação da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para o Endereço Eletrônico: ccomp.daq@saude.df.gov.br;

7.6.1.2. Serão utilizados para o julgamento de aceitabilidade da proposta de preços os critérios objetivos detalhadamente especificados no Termo de Referência do Edital para avaliação dos catálogos, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes;

7.6.1.3. Caso não seja possível uma avaliação definitiva, o parecerista poderá solicitar o envio de amostras para dirimir eventuais dúvidas, cuja metodologia de avaliação técnica das amostras consiste das etapas que estão descritas no **APÊNDICE I**;

7.6.2. No caso de ocorrer atraso na entrega do catálogo, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo reprovação do catálogo, conforme especificações previstas neste Edital e seus Anexos, a proposta do licitante será recusada, devendo ser convocadas as empresas remanescentes para envio do catálogo e documentação do material, conforme solicitação do (a) Pregoeiro (a).

8. DOS PARECERISTAS

Especialista habilitados da rede SES-DF indicados pela Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde - SAIS/SES. O parecerista deverá assinar, a Declaração de Conflito de Interesses constante no **APÊNDICE II**, no momento do parecer das amostras.

9. DOS REQUISITOS MÍNIMOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

9.1. Apresentar comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e/ou compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência ou produto similar, por intermédio da apresentação de **atestado (s) de capacidade técnica**, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.2. Não será aceita documentação vencida, toda a documentação apresentada pelos proponentes deverá ser original com cópia para autenticação de servidor designado pela SES-DF ou cópia autenticada por cartório competente.

10. DOS REQUISITOS QUANDO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O licitante vencedor deverá apresentar a documentação abaixo, na celebração do contrato, em atendimento as Decisões 219/2016, 2.731/2015 e 3.401/2015 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos seguintes termos:

10.1.1. **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)** emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou Autorização Especial (AE) quando se tratar de medicamentos ou substâncias, sujeitos a controle especial. Deverá ser apresentada a concessão (data de cadastro) da AFE ou AE, podendo ser cópia da publicação no Diário Oficial da União (DOU) -destacando a empresa - ou espelho de consulta da AFE ou AE disponível no site da ANVISA;

10.1.2. **Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) Estadual/ Municipal/ Distrital (vigente)**, conforme disposto na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, regulamentado no Decreto nº 74.170 de 10 de junho de 1974;

10.1.3. **Certificado de Boas Práticas de Fabricação/ANVISA**: será obrigatório para os produtos deste Termo de Referência que sejam classificados como grau de risco **Classes III e IV**, segundo a RDC nº 15/2014. **Não serão aceitos protocolos para solicitação do CBPF. Serão aceitos protocolos de Revalidação de CBPF**;

10.1.4. Tratando-se de produto importado, apresentar **Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF)** vigente da unidade fabril por linha de produção emitido pela autoridade sanitária brasileira ou expedido pela autoridade sanitária do país de origem, em plena validade e devidamente traduzido para a língua portuguesa por tradutor juramentado e consularizado;

10.1.5. A empresa deverá apresentar **Certificado de Registro de Produto** em plena validade, inclusive para produtos importados; ou protocolo de revalidação do Certificado de Registro de Produto, expedido pela ANVISA, conforme RDC nº 185/2001 e artigo 12 da Lei nº 6.360 de 23/09/1976. **Não serão aceitos protocolos de solicitação de registro.**

11. DO PRAZO DE ENTREGA

Todos os produtos deverão ser entregues, após agendamento, em até **30 (trinta) dias corridos**, após assinatura do Contrato Administrativo.

12. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

12.1. As entregas deverão ser obrigatoriamente agendadas com a Gerência de Armazenamento e Distribuição de Opme e Dmi, pelo endereço eletrônico: opmeccentral.sesdf@gmail.com e os produtos deverão ser entregues conforme especificação, no local abaixo:

12.1.1. **GERÊNCIA DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE OPME E DMI**: Parque de Apoio da Secretaria de Saúde - SIA/SGAP - Lote 6 - Bloco G – CEP: 71.215-000. Horário de Atendimento: 14h às 18h.

12.2. A empresa deverá apresentar o produto com a embalagem original íntegra, sem aderência ao produto e umidade, nas condições de temperatura exigida no rótulo. Os produtos deverão ainda, estar separados por lotes e prazos de validade, os quais devem ser especificados na Nota

Fiscal por quantidade de cada produto entregue;

12.3. As entregas dos insumos na Secretaria de Saúde do Distrito Federal deverão ser agendadas, por meio do e-mail indicado no Pedido de Aquisição de Material - PAM;

12.4. Todos os dados do rótulo e/ou da bula dos produtos importados devem estar em língua portuguesa;

12.5. A Nota Fiscal deve conter:

a) Descrição do produto, nome comercial (quando houver), lote, validade, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário, valor total, número de empenho, número do processo, número da Ata de Registro de Preços (quando houver) ou Contrato Administrativo, Número da Autorização de Fornecimento de Material – AFM e quando se tratar de entrega parcelada, deverá ser indicado o número desta;

12.6. Caso o quantitativo entregue seja superior ao quantitativo definido na Nota de Empenho (muitas vezes necessário para se evitar o fracionamento da embalagem primária e/ou secundária), o fornecedor deverá encaminhar uma carta contendo justificativa do excedente e Nota Fiscal de Simples Remessa, para que possa ser legalizado tal recebimento;

12.7. Os produtos deverão apresentar em suas embalagens primárias e/ou secundárias a expressão “**PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO**” por meio de etiquetas invioláveis ou carimbos irremovíveis. No caso de embalagens estéreis, não serão aceitos carimbos alcoólicos, tendo em vista a não violação do processo de esterilização;

12.7.1. Para fins desse Termo de Referência, considera-se etiqueta inviolável aquela que, quando removida, fornece uma real evidência da violação; e

12.7.2. O carimbo irremovível mesmo sob atrito ou fricção não deverá se apagar sem danificar a embalagem;

12.8. Deverão ser observadas pela empresa fornecedora as condições de guarda, armazenamento e transporte dos produtos de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, esterilidade dos mesmos;

12.9. Quando se tratar de material cujo empilhamento resulte em estrutura instável (exemplo: fraldas, absorventes, dentre outros), a entrega deverá ser realizada de modo que o material seja empilhado de maneira firme, impedindo o deslocamento e deslizamento dos pacotes quando armazenados. Para isto, as pilhas devem ser entregues envoltas por filme plástico (“*stretch*”) ou outro que apresente resultado semelhante. Ou, ainda, os pacotes deverão ser entregues acondicionados em caixas firmes, que possibilitem o empilhamento;

12.10. Para produtos com prazo de validade total de 24 meses, ou mais:

12.10.1. Por ocasião de sua entrega na SES/DF, a validade do produto apresentado deve ser de no mínimo 75% do prazo total de validade;

12.10.2. Na hipótese de impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada, será admitida a entrega do produto com no mínimo 50% da validade a partir da data de fabricação, acompanhado do Termo de Compromisso de Troca - **APÊNDICE IV**, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a substituição no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir da notificação para troca, sendo o descumprimento passível de sanções. O produto entregue na troca deverá ter, no mínimo, 35% do prazo total de validade;

12.10.3. Na hipótese de entrega de produto com validade inferior a 50% do total, caberá a SES avaliar a oportunidade e conveniência do recebimento, acompanhado do Termo de Compromisso de Troca - **APÊNDICE IV**, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a substituição no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir da notificação para troca, sendo o descumprimento passível de sanções. O produto entregue na troca deverá ter, no mínimo, 35% do prazo total de validade.

12.11. Para produtos com prazo de validade total inferior a 24 meses:

12.11.1. Por ocasião de sua entrega na SES/DF, a validade do produto apresentado deve ser de no mínimo 75% do prazo total de validade;

12.11.2. Na hipótese de entrega de produto com validade inferior a 75% do total, caberá a SES avaliar a oportunidade e conveniência do recebimento, acompanhado do Termo de Compromisso de Troca - **APÊNDICE IV**, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a substituição no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir da notificação para troca, sendo o descumprimento passível de sanções. O produto entregue na troca deverá ter, no mínimo, 75% do prazo total de validade.

12.12. O material objeto desse Termo de Referência será recebido:

12.12.1. **Provisoriamente:** mediante termo circunstanciado, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

12.12.2. **Definitivamente:** mediante termo circunstanciado, após verificar que o material entregue possui as características consignadas neste Termo de Referência, ressalvados os casos de vícios não detectáveis no ato do recebimento, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

12.13. Os produtos deste Termo de Referência não poderão ser encaminhados via correio.

13. DA EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A execução da Ata de Registro de Preço será realizada pela Diretoria de Programação de Órteses e Próteses DIPOP/SULOG/SES, mediante a análise da demanda atual, existente na SES, definido pela lista de espera, encaminhado pela área técnica demandante.

14. DO CONTRATO

Por existir obrigatoriedade em prestar assistência técnica, durante a vigência da garantia, sem ônus adicional à contratante, há necessidade de celebração de Contrato entre a SES/DF e a empresa vencedora do certame.

14.1. **Vigência Contratual:** 12 (doze) meses;

14.2. **Executor do Contrato:** Os executores serão indicados pela Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde - SAIS/SES, após a conclusão do certame.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL

A Contratada deverá apresentar à Contratante, prazo no máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo §1º art. 56 da Lei nº 8.666/1993, a ser restituída após a execução satisfatória.

16. DA FISCAL DA ATA / CONTRATO

A fiscalização da ata ou do Contrato Administrativo será executada pelo Setor de Programação.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento à Contratada deverá ser realizado em prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração, de acordo com as normas orçamentárias e financeiras do Distrito Federal.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 18.1. Emitir "Aceite" do produto a cada entrega, conferindo se o mesmo está de acordo com a especificação exigida no edital;
- 18.2. Comunicar à empresa Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição do material objeto deste Termo de Referência;
- 18.3. Efetuar pagamento de acordo com as normas financeiras e orçamentárias do DF;
- 18.4. Fiscalizar a entrega e rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa Contratada entregar fora das especificações deste Termo de Referência;
- 18.5. Fornecer e colocar à disposição da empresa Contratada todos os elementos e informações que fizerem necessárias à entrega/execução do objeto;
- 18.6. **Assinar, por intermédio de seus pareceristas, a Declaração de Conflito de Interesses no APÊNDICE II.**

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 19.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste documento, seus apêndices e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 19.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e seus apêndices, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo e procedência;
- 19.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990;
- 19.4. Cumprir com o disposto na Lei nº 6.679, de 24/09/2020, que dispõe sobre a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres nas empresas que contratam com o Poder Público do Distrito Federal;
- 19.5. Cumprir com o disposto na Lei nº 6.112, de 02/02/2018, alterada pela Lei nº 6.176 de 16/07/2018 e pela Lei nº 6.308, de 13/06/2019 que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal;
- 19.6. Cumprir com o disposto na Lei nº 8.078, de 11/11/1990, que estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias;
- 19.7. Cumprir com o disposto no Decreto nº 39.736, de 28/03/2019, que dispõe sobre a Política de Governança Pública e Compliance no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal;
- 19.8. Cumprir com o disposto no Decreto 9.178, de 23/10/2017, que altera o Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
- 19.9. Cumprir com o disposto na Portaria nº 356, de 29/07/2019, da Controladoria Geral do Distrito Federal;
- 19.10. Cumprir com o Manual de Boas Práticas de Gestão de Órteses, Próteses e Materiais Especializados do Ministério da Saúde;
- 19.11. Manter, durante toda execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 19.12. A Contratada deverá encarregar-se e responsabilizar-se pela montagem dos produtos, no ato da entrega e/ou após agendamento do NUPOP, sem qualquer ônus para SES-DF;
- 19.13. Informar ao paciente, por escrito, no momento da entrega do produto, quanto:
 - 19.13.1. A manutenção adequada do produto, garantindo o funcionamento e a durabilidade;
 - 19.13.2. Ao direito às revisões periódicas e manutenções quando couberem;
 - 19.13.3. Ao período e a cobertura da garantia;
 - 19.13.4. Às orientações em caso de defeitos;
- 19.14. Essa Secretaria somente entregará o material a ser substituído mediante a apresentação do material a ser entregue pela empresa.

19.15. DA GARANTIA TÉCNICA

- 19.15.1. O produto adquirido deverá apresentar um prazo de garantia técnica, a partir da data de entrega para o paciente, por no mínimo 12 (doze) meses ou prazo estabelecido pelo fabricante, quando este for superior;
- 19.15.2. O fabricante responsabilizar-se-á neste período pela integralidade do produto e pela reparação de possíveis problemas ou falhas no funcionamento do bem.

19.16. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 19.16.1. A empresa fornecedora deverá garantir assistência técnica dos produtos por 12 (doze) meses ou prazo estabelecido pelo fabricante, quando este for superior, contra defeito de fabricação, a partir da data de entrega para o paciente, sem ônus para SES/DF;
- 19.16.2. Contratada deverá encarregar-se e responsabilizar-se pela retirada, transporte, frete, conserto e entrega dos produtos, quando for o caso, sem qualquer ônus para SES-DF;

- 19.16.3. O atendimento de assistência técnica deve ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do registro da chamada do paciente;
- 19.16.4. Os materiais necessários para manutenção dos produtos serão fornecidos pela empresa fornecedora durante o período de garantia, sem ônus à SES/DF;
- 19.16.5. Fornecer Assistência Técnica em Brasília, pois caso seja constatado algum defeito de fabricação, após a entrega do produto, os pacientes poderão encaminhar diretamente para a Análise Técnica com os técnicos da empresa Contratada, bem como o conserto ou o reparo possa ser realizado de forma imediata, eximindo a SES-DF de qualquer responsabilidade nesse tramite;
- 19.16.6. Concluir os reparos do prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data da comunicação. Não tendo reparado os defeitos, o material deverá ser substituído por outro novo, idêntico e em perfeito estado de sua propriedade;
- 19.16.7. A Contratante poderá a qualquer tempo e a seu critério exclusivo, por intermédio do(s) executor(es) do contrato, solicitar a apresentação de comprovação da procedência dos materiais utilizados nos serviços do contrato;
- 19.16.8. A Contratada deverá garantir os serviços executados, que incluam materiais necessários para assistência técnica, até o final da garantia.

20. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas no Decreto nº 26.851 de 30 de maio de 2006 e alterações previstas no Decreto nº 35.831 de 19 de setembro de 2014, assim como eventuais atualizações, que regulamentam a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002.

As notificações e demais atos acerca das instruções de sanções serão realizadas, preferencialmente, por meio de publicação em Diário Oficial do Distrito Federal, nos termos do art. 26 da Lei 9.784/1999, recepcionada pela Lei 2.834/2001.

21. DA LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE I - Protocolo de Avaliação

APÊNDICE II - Declaração de Conflitos de Interesses

APÊNDICE III - Declaração de Compromisso

APÊNDICE IV - Termo de Compromisso de Troca

APÊNDICE V - Modelo de Proposta

22. DAS ASSINATURAS

Os responsáveis pela elaboração e aprovação deste Termo de Referência, não se enquadram na vedação do artigo 9º, inciso I, da Lei 8.666/1993.

Identificação do responsável pela elaboração do Projeto Básico: Assessoria de Elaboração de Instrumentos de Contratação – ASSEIC/SUAG/SES.

Identificação do responsável da área técnica: Núcleo de Produção de Órteses e Próteses - NUPOP/GESSF/DASIS/SAIS/SES

Autoridade Imediatamente Superior Responsável pela Aprovação do Termo de Referência:

Aprovo o presente Termo em conformidade com o artigo 20, inciso XIX da Portaria 210/2017 - SES/DF.

Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde - SAIS/SES

APÊNDICE I

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DE CADEIRA DE RODAS DE BANHO COMUM - ITEM 1/2	
1. CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL	
Marca do Produto: _____	
Lote: _____	
Quantidade de Amostras Recebidas: _____	
2. AVALIAÇÃO DO MATERIAL	
2.1 Avaliação da embalagem	
Marca	☐ SIM ☐ NÃO
Fabricante	☐ SIM ☐ NÃO
Data de fabricação	☐ SIM ☐ NÃO
Lote	☐ SIM ☐ NÃO
Identificação do Produto	☐ SIM ☐ NÃO
Impressão gráfica legível	☐ SIM ☐ NÃO
Embalagem íntegra	☐ SIM ☐ NÃO
Registro do Produto em órgão regulador	☐ SIM ☐ NÃO
Apresenta Instruções de uso do Produto	☐ SIM ☐ NÃO
Apresenta Informações sobre cuidados e advertências sobre o uso do Produto	☐ SIM ☐ NÃO
2.2 Avaliação do Produto	
Estrutura produto monobloco	☐ SIM ☐ NÃO
Confeccionada em material resistente, em aço inoxidável	☐ SIM ☐ NÃO
Pintura epóxi evitando descascar e corrosão	☐ SIM ☐ NÃO
Roda giratória com trava para melhor deslizamento e segurança na hora do banho	☐ SIM ☐ NÃO

Braços removíveis ou escamoteáveis	() SIM () NÃO
Acoplável ao vaso sanitário comum e adaptado	() SIM () NÃO
Pedais rebatíveis	() SIM () NÃO
Encosto acolchoado e revestido com capa	() SIM () NÃO
3. PARECER FINAL	
Material recomendado para aquisição na SES?	() SIM () NÃO
Justificativa:	
4. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PARECERISTA	
Setor: _____	
Data: ____/____/____	
Nome: _____	

ASSINATURA/ CARIMBO	

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DE CADEIRA DE RODAS DE BANHO COM ARO DE PROPULSÃO - ITEM 3/4	
1. CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL	
Marca do Produto: _____	
Lote: _____	
Quantidade de Amostras Recebidas: _____	
2. AVALIAÇÃO DO MATERIAL	
2.1 Avaliação da embalagem	
Marca	() SIM () NÃO
Fabricante	() SIM () NÃO
Data de fabricação	() SIM () NÃO
Lote	() SIM () NÃO
Identificação do Produto	() SIM () NÃO
Impressão gráfica legível	() SIM () NÃO
Embalagem íntegra	() SIM () NÃO
Registro do Produto em órgão regulador	() SIM () NÃO
Apresenta Instruções de uso do Produto	() SIM () NÃO
Apresenta Informações sobre cuidados e advertências sobre o uso do Produto	() SIM () NÃO
2.2 Avaliação do Produto	
Estrutura produto monobloco	() SIM () NÃO
Confeccionada material resistente, em aço inoxidável	() SIM () NÃO
Pintura epóxi evitando descascar e corrosão	() SIM () NÃO
Roda giratória com trava para melhor deslizamento e segurança na hora do banho	() SIM () NÃO
Braços removíveis ou escamoteáveis	() SIM () NÃO
Acoplável ao vaso sanitário comum e adaptado	() SIM () NÃO
Pedais rebatíveis	() SIM () NÃO
Encosto acolchoado e revestido com capa	() SIM () NÃO
Rodas traseiras de 20 a 24 polegadas	() SIM () NÃO
Freios bilaterais nas rodas traseiras	() SIM () NÃO
Tamanhos de 40 a 50 de largura	() SIM () NÃO
Capacidade de peso: 110 kg	() SIM () NÃO
3. PARECER FINAL	
Material recomendado para aquisição na SES?	() SIM () NÃO
Justificativa:	
4. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PARECERISTA	
Setor: _____	
Data: ____/____/____	
Nome: _____	

ASSINATURA/ CARIMBO	

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DE CADEIRA DE RODAS PARA BANHO EM CONCHA - ITEM 5/6	
1. CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL	
Marca do Produto: _____	
Lote: _____	
Quantidade de Amostras Recebidas: _____	
2. AVALIAÇÃO DO MATERIAL	
2.1 Avaliação da embalagem	

Marca	() SIM () NÃO
Fabricante	() SIM () NÃO
Data de fabricação	() SIM () NÃO
Lote	() SIM () NÃO
Identificação do Produto	() SIM () NÃO
Impressão gráfica legível	() SIM () NÃO
Embalagem íntegra	() SIM () NÃO
Registro do Produto em órgão regulador	() SIM () NÃO
Apresenta Instruções de uso do Produto	() SIM () NÃO
Apresenta Informações sobre cuidados e advertências sobre o uso do Produto	() SIM () NÃO
2.2 Avaliação do Produto	
Estrutura dobrável em alumínio- Facilidade para desmontar e guardar	() SIM () NÃO
Banheira confeccionada em polietileno - material mais resistente	() SIM () NÃO
Pintura epóxi	() SIM () NÃO
Roda giratória com trava para melhor deslizamento e segurança na hora do banho	() SIM () NÃO
Acabamento interno da banheira antiderrapante para evitar escorregamento do paciente	() SIM () NÃO
Apoio de cabeça que permita ajuste em três posições	() SIM () NÃO
3. PARECER FINAL	
Material recomendado para aquisição na SES?	() SIM () NÃO
Justificativa:	
4. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PARECERISTA	
Setor: _____	
Data: ____/____/____	
Nome: _____	
_____ ASSINATURA/ CARIMBO	

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DE CADEIRA DE RODAS OBESO - ITEM 7/8	
1. CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL	
Marca do Produto: _____	
Lote: _____	
Quantidade de Amostras Recebidas: _____	
2. AVALIAÇÃO DO MATERIAL	
2.1 Avaliação da embalagem	
Marca	() SIM () NÃO
Fabricante	() SIM () NÃO
Data de fabricação	() SIM () NÃO
Lote	() SIM () NÃO
Identificação do Produto	() SIM () NÃO
Impressão gráfica legível	() SIM () NÃO
Embalagem íntegra	() SIM () NÃO
Registro do Produto em órgão regulador	() SIM () NÃO
Apresenta Instruções de uso do Produto	() SIM () NÃO
Apresenta Informações sobre cuidados e advertências sobre o uso do Produto	() SIM () NÃO
2.2 Avaliação do Produto	
Estrutura em “duplo X”	() SIM () NÃO
Protetor lateral de roupa	() SIM () NÃO
Braços bilaterais removíveis ou escamoteáveis	() SIM () NÃO
Roda dianteira de 6 a 8” e traseiras de 24” com rolamentos de precisão para permitir melhor deslocamento	() SIM () NÃO
Eixo traseiro com sistema tipo “quick release” para propiciar a desmontagem rápida	() SIM () NÃO
Pintura eletrostática para maior durabilidade da cadeira	() SIM () NÃO
Aro de propulsão em alumínio para maior resistência e facilidade para locomoção do paciente	() SIM () NÃO
Sustentabilidade de até 120 a 160 Kg	() SIM () NÃO
Pés rebatíveis e ajustável em altura	() SIM () NÃO
3. PARECER FINAL	
Material recomendado para aquisição na SES?	() SIM () NÃO
Justificativa:	
4. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PARECERISTA	
Setor: _____	
Data: ____/____/____	

Nome: _____

ASSINATURA/ CARIMBO

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DE CADEIRA DE RODAS MOTORIZADA COM JOYSTICK - ITEM 9/10	
1. CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL	
Marca do Produto: _____ Lote: _____ Quantidade de Amostras Recebidas: _____	
2. AVALIAÇÃO DO MATERIAL	
2.1 Avaliação da embalagem	
Marca	() SIM () NÃO
Fabricante	() SIM () NÃO
Data de fabricação	() SIM () NÃO
Lote	() SIM () NÃO
Identificação do Produto	() SIM () NÃO
Impressão gráfica legível	() SIM () NÃO
Embalagem íntegra	() SIM () NÃO
Registro do Produto em órgão regulador	() SIM () NÃO
Apresenta Instruções de uso do Produto	() SIM () NÃO
Apresenta Informações sobre cuidados e advertências sobre o uso do Produto	() SIM () NÃO
2.2 Avaliação do Produto	
Estrutura em "X" ou duplo "X" para oferecer resistência, durabilidade e segurança ao paciente	() SIM () NÃO
Protetor lateral de roupa incorporado ao braço ou cadeira	() SIM () NÃO
Roda dianteira de 8"/9" e traseiras de 12" a 20" com rolamentos de precisão para permitir melhor deslocamento	() SIM () NÃO
Controle com joystick	() SIM () NÃO
Rodas anti tombo fixado a estrutura do chassi	() SIM () NÃO
Pés reguláveis em altura, removíveis e/ou rebatíveis	() SIM () NÃO
Pintura eletrostática para maior durabilidade da cadeira	() SIM () NÃO
Braços removíveis ou escamoteáveis	() SIM () NÃO
Baterias de fácil retirada e que permita transporte aéreo	() SIM () NÃO
3. PARECER FINAL	
Material recomendado para aquisição na SES?	() SIM () NÃO
Justificativa:	
4. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PARECERISTA	
Setor: _____	
Data: ____/____/____	
Nome: _____	
ASSINATURA/ CARIMBO	

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DE CADEIRA DE RODAS MONOBLOCO - ITEM 11/12	
1. CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL	
Marca do Produto: _____ Lote: _____ Quantidade de Amostras Recebidas: _____	
2. AVALIAÇÃO DO MATERIAL	
2.1 Avaliação da embalagem	
Marca	() SIM () NÃO
Fabricante	() SIM () NÃO
Data de fabricação	() SIM () NÃO
Lote	() SIM () NÃO
Identificação do Produto	() SIM () NÃO
Impressão gráfica legível	() SIM () NÃO
Embalagem íntegra	() SIM () NÃO
Registro do Produto em órgão regulador	() SIM () NÃO
Apresenta Instruções de uso do produto	() SIM () NÃO
Apresenta Informações sobre cuidados e advertências sobre o uso do produto	() SIM () NÃO
2.2 Avaliação do Produto	

Estrutura monobloco Confeccionada sob medida, em tubos de aço carbono ou alumínio, com pintura eletrostática	()SIM ()NÃO
Dobrável em "L"	()SIM ()NÃO
Protetor lateral de roupa rebatível com aba	()SIM ()NÃO
Eixo traseiro com sistema tipo "quick release" para propiciar a desmontagem rápida	()SIM ()NÃO
Pintura eletrostática para maior durabilidade da cadeira	()SIM ()NÃO
Aro de impulsão em alumínio para maior resistência e facilidade para locomoção do paciente	()SIM ()NÃO
Possui cambagem opcional	()SIM ()NÃO
3. PARECER FINAL	
Material recomendado para aquisição na SES?	()SIM ()NÃO
Justificativa:	
4. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PARECERISTA	
Setor: _____	
Data: ____/____/____	
Nome: _____	
_____ ASSINATURA/ CARIMBO	

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DE CADEIRA DE RODAS TETRAPLÉGICO ANATÔMICA - ITEM 13/14	
1. CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL	
Marca do Produto: _____	
Lote: _____	
Quantidade de Amostras Recebidas: _____	
2. AVALIAÇÃO DO MATERIAL	
2.1 Avaliação da embalagem	
Marca	()SIM ()NÃO
Fabricante	()SIM ()NÃO
Data de fabricação	()SIM ()NÃO
Lote	()SIM ()NÃO
Identificação do Produto	()SIM ()NÃO
Impressão gráfica legível	()SIM ()NÃO
Embalagem íntegra	()SIM ()NÃO
Registro do Produto em órgão regulador	()SIM ()NÃO
Apresenta Instruções de uso do Produto	()SIM ()NÃO
Apresenta informações sobre cuidados e advertências sobre o uso do Produto	()SIM ()NÃO
2.2 Avaliação do Produto	
Estrutura monobloco suficiente para oferecer resistência, durabilidade e segurança ao paciente	()SIM ()NÃO
Sistema de tilt de no mínimo três posições de ajuste	()SIM ()NÃO
Apoio de cabeça removível, regulável e ajustável	()SIM ()NÃO
Assento e encosto anatômico confeccionados, em espuma de alta densidade e cinto peitoral 4 pontos ajustável	()SIM ()NÃO
Apoio de braços removíveis ou escamoteáveis com apoio injetado	()SIM ()NÃO
Protetor lateral de roupa incorporado ao braço ou cadeira	()SIM ()NÃO
Assento desmontável e acoplável ao módulo inferior por meio de engate rápido	()SIM ()NÃO
Roda dianteira de 6" e traseiras de 16 ou 20" com rolamentos de precisão para permitir melhor deslocamento	()SIM ()NÃO
Eixo traseiro com sistema tipo "quick release" para propiciar a desmontagem rápida	()SIM ()NÃO
Pintura eletrostática para maior durabilidade da cadeira	()SIM ()NÃO
Pés reguláveis tipo plataforma	()SIM ()NÃO
3. PARECER FINAL	
Material recomendado para aquisição na SES?	()SIM ()NÃO
Justificativa:	
4. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PARECERISTA	
Setor: _____	
Data: ____/____/____	
Nome: _____	
_____ ASSINATURA/ CARIMBO	

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DE CADEIRA DE RODAS TETRAPLÉGICO ADULTO - ITEM 15/16	
1. CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL	

Marca do Produto: _____	
Lote: _____	
Quantidade de Amostras Recebidas: _____	
2. AVALIAÇÃO DO MATERIAL	
2.1 Avaliação da embalagem	
Marca	() SIM () NÃO
Fabricante	() SIM () NÃO
Data de fabricação	() SIM () NÃO
Lote	() SIM () NÃO
Identificação do Produto	() SIM () NÃO
Impressão gráfica legível	() SIM () NÃO
Embalagem íntegra	() SIM () NÃO
Registro do Produto em órgão regulador	() SIM () NÃO
Apresenta Instruções de uso do Produto	() SIM () NÃO
Apresenta Informações sobre cuidados e advertências sobre o uso do produto	() SIM () NÃO
2.2 Avaliação do Produto	
Estrutura em "X" ou "XX" suficiente para oferecer resistência, durabilidade e segurança ao paciente	() SIM () NÃO
Pintura eletrostática	() SIM () NÃO
Assento e encosto com cinto peitoral de 4 pontos	() SIM () NÃO
Encosto reclinável com apoio de cabeça removível e ajustável	() SIM () NÃO
Braços bilaterais escamoteáveis ou removíveis com apoio injetado	() SIM () NÃO
Protetor lateral de roupa incorporado ao braço ou à cadeira	() SIM () NÃO
Roda traseira de 24" com rolamentos de precisão para permitir melhor deslocamento	() SIM () NÃO
Eixo traseiro com sistema tipo "quick release" para propiciar a desmontagem rápida	() SIM () NÃO
Pedais eleváveis e ajustáveis na altura com apoio rebatível lateralmente e apoio para panturrilha de poliuretano	() SIM () NÃO
Possibilidade de reclino do encosto em diferentes posições	() SIM () NÃO
3. PARECER FINAL	
Material recomendado para aquisição na SES?	() SIM () NÃO
Justificativa:	
4. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PARECERISTA	
Setor: _____	
Data: ____/____/____	
Nome: _____	

ASSINATURA/ CARIMBO	

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DE CADEIRA DE RODAS MOTORIZADA MENTONIANA - ITEM 17/18	
1. CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL	
Marca do Produto: _____	
Lote: _____	
Quantidade de Amostras Recebidas: _____	
2. AVALIAÇÃO DO MATERIAL	
2.1 Avaliação da embalagem	
Marca	() SIM () NÃO
Fabricante	() SIM () NÃO
Data de fabricação	() SIM () NÃO
Lote	() SIM () NÃO
Identificação do Produto	() SIM () NÃO
Impressão gráfica legível	() SIM () NÃO
Embalagem íntegra	() SIM () NÃO
Registro do Produto em órgão regulador	() SIM () NÃO
Apresenta Instruções de uso do Produto	() SIM () NÃO
Apresenta Informações sobre cuidados e advertências sobre o uso do Produto	() SIM () NÃO
2.2 Avaliação do Produto	
Estrutura em "X" ou duplo "X" para oferecer resistência, durabilidade e segurança ao paciente	() SIM () NÃO
Protetor lateral de roupa incorporado ao braço ou cadeira	() SIM () NÃO
Roda dianteira de 8"/9" e traseiras de 12" a 20" com rolamentos de precisão para permitir melhor deslocamento	() SIM () NÃO
Sistema de controle mentoniano	() SIM () NÃO
Rodas anti-tombo fixado a estrutura do chassi	() SIM () NÃO
Pés reguláveis em altura, removíveis e/ou rebatíveis	() SIM () NÃO

Pintura eletrostática para maior durabilidade da cadeira	() SIM () NÃO
Braços removíveis ou escamoteáveis	() SIM () NÃO
Baterias de fácil retirada e que permita transporte aéreo	() SIM () NÃO
3. PARECER FINAL	
Material recomendado para aquisição na SES?	() SIM () NÃO
Justificativa:	
4. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PARECERISTA	
Setor: _____	
Data: ____/____/____	
Nome: _____	
_____ ASSINATURA/ CARIMBO	

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DE CADEIRA DE RODAS PARAPLÉGICO INFANTIL - ITEM 19/20	
1. CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL	
Marca do Produto: _____	
Lote: _____	
Quantidade de Amostras Recebidas: _____	
2. AVALIAÇÃO DO MATERIAL	
2.1 Avaliação da embalagem	
Marca	() SIM () NÃO
Fabricante	() SIM () NÃO
Data de fabricação	() SIM () NÃO
Lote	() SIM () NÃO
Identificação do Produto	() SIM () NÃO
Impressão gráfica legível	() SIM () NÃO
Embalagem íntegra	() SIM () NÃO
Registro do Produto em órgão regulador	() SIM () NÃO
Apresenta Instruções de uso do Produto	() SIM () NÃO
Apresenta Informações sobre cuidados e advertências sobre o uso do Produto	() SIM () NÃO
2.2 Avaliação do Produto	
Estrutura m "X" para diminuição do peso da cadeira por ser tratar de cadeira infantil mas que seja suficiente para oferecer resistência, durabilidade e segurança ao paciente	() SIM () NÃO
Pintura eletrostática para maior durabilidade da cadeira	() SIM () NÃO
Apoio de braços removíveis ou escamoteáveis com apoio injetado	() SIM () NÃO
Protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira	() SIM () NÃO
Eixo traseiro com sistema tipo "quick release"	() SIM () NÃO
Pedais removíveis com apoio de pé rebatível e ajustável na altura	() SIM () NÃO
Cinto abdominal	() SIM () NÃO
3. PARECER FINAL	
Material recomendado para aquisição na SES?	() SIM () NÃO
Justificativa:	
4. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PARECERISTA	
Setor: _____	
Data: ____/____/____	
Nome: _____	
_____ ASSINATURA/ CARIMBO	

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DE CADEIRA DE RODAS PARA PARAPLÉGICO ADULTO - ITEM 21/22	
1. CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL	
Marca do Produto: _____	
Lote: _____	
Quantidade de Amostras Recebidas: _____	
2. AVALIAÇÃO DO MATERIAL	
2.1 Avaliação da embalagem	
Marca	() SIM () NÃO
Fabricante	() SIM () NÃO
Data de fabricação	() SIM () NÃO

Lote	() SIM () NÃO
Identificação do Produto	() SIM () NÃO
Impressão gráfica legível	() SIM () NÃO
Embalagem íntegra	() SIM () NÃO
Registro do Produto em órgão regulador	() SIM () NÃO
Apresenta Instruções de uso do Produto	() SIM () NÃO
Apresenta Informações sobre cuidados e advertências sobre o uso do Produto	() SIM () NÃO
2.2 Avaliação do Produto	
Estrutura em X ou duplo “X” com alta resistência e durabilidade	() SIM () NÃO
Apoio para braço removível ou escamoteável	() SIM () NÃO
Protetor de roupa lateral incorporado ao braço ou cadeira	() SIM () NÃO
Freios em alumínio bilaterais ajustáveis	() SIM () NÃO
Pedais removíveis com apoio de pé rebatível e ajustável na altura	() SIM () NÃO
Pneus infláveis ou antifuro	() SIM () NÃO
Aro de impulsão em alumínio para maior resistência e facilidade para locomoção do paciente	() SIM () NÃO
Roda dianteira de 5" ou 6" e traseiras de 24" com rolamentos de precisão para permitir melhor deslocamento	() SIM () NÃO
Eixo traseiro com sistema tipo “quick release” para propiciar a desmontagem rápida	() SIM () NÃO
Pintura eletrostática para maior durabilidade da cadeira	() SIM () NÃO
Almofada do assento com espuma de no mínimo 5cm de alta densidade	() SIM () NÃO
3. PARECER FINAL	
Material recomendado para aquisição na SES?	() SIM () NÃO
Justificativa:	
4. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PARECERISTA	
Setor: _____	
Data: ____/____/____	
Nome: _____	
_____ ASSINATURA/ CARIMBO	

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DE CADEIRA DE RODAS PARA BANHO COM ENCOSTO RECLINÁVEL - ITEM 23/24	
1. CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL	
Marca do Produto: _____	
Lote: _____	
Quantidade de Amostras Recebidas: _____	
2. AVALIAÇÃO DO MATERIAL	
2.1 Avaliação da embalagem	
Marca	() SIM () NÃO
Fabricante	() SIM () NÃO
Data de fabricação	() SIM () NÃO
Lote	() SIM () NÃO
Identificação do Produto	() SIM () NÃO
Impressão gráfica legível	() SIM () NÃO
Embalagem íntegra	() SIM () NÃO
Registro do Produto em órgão regulador	() SIM () NÃO
Apresenta Instruções de uso do produto	() SIM () NÃO
Apresenta Informações sobre cuidados e advertências sobre o uso do produto	() SIM () NÃO
2.2 Avaliação do Produto	
Encosto reclinável revestido com tela de poliéster	() SIM () NÃO
Assento sanitário com abertura frontal	() SIM () NÃO
Apoio de cabeça ajustável	() SIM () NÃO
Cinto de segurança abdominal removível	() SIM () NÃO
Pintura epóxi – evitando descascar e corrosão	() SIM () NÃO
Faixas para panturrilha removíveis	() SIM () NÃO
Roda com trava para segurança na hora do banho	() SIM () NÃO
Braços removíveis ou escamoteáveis	() SIM () NÃO
3. PARECER FINAL	
Material recomendado para aquisição na SES?	() SIM () NÃO
Justificativa:	
4. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PARECERISTA	

Setor: _____
Data: ____/____/____
Nome: _____
ASSINATURA/ CARIMBO

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DE CADEIRA DE BANHO JUVENIL - ITEM 25/26	
1. CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL	
Marca do Produto: _____	
Lote: _____	
Quantidade de Amostras Recebidas: _____	
2. AVALIAÇÃO DO MATERIAL	
2.1 Avaliação da embalagem	
Marca	() SIM () NÃO
Fabricante	() SIM () NÃO
Data de fabricação	() SIM () NÃO
Lote	() SIM () NÃO
Identificação do Produto	() SIM () NÃO
Impressão gráfica legível	() SIM () NÃO
Embalagem íntegra	() SIM () NÃO
Registro do Produto em órgão regulador	() SIM () NÃO
Apresenta Instruções de uso do Produto	() SIM () NÃO
Apresenta informações sobre cuidados e advertências sobre o uso do Produto	() SIM () NÃO
2.2 Avaliação do Produto	
Estrutura dobrável em alumínio com pintura epóxi	() SIM () NÃO
Regulagem de inclinação do encosto	() SIM () NÃO
Apoio de cabeça acolchoado e com regulagem de altura	() SIM () NÃO
Roda giratória com trava para melhor deslizamento e segurança na hora do banho	() SIM () NÃO
Cintos para tronco, joelhos e quadril	() SIM () NÃO
3. PARECER FINAL	
Material recomendado para aquisição na SES?	() SIM () NÃO
Justificativa:	
4. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PARECERISTA	
Setor: _____	
Data: ____/____/____	
Nome: _____	
ASSINATURA/ CARIMBO	

APÊNDICE II

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Nome:

Matrícula:

Cargo:

1 - Você ou alguém de sua família tem algum interesse financeiro ou de outra ordem em empresa farmacêutica, de equipamentos ou insumos médico-hospitalares, em empresas terceirizadas de serviços, manutenções corretivas ou preventivas, obras ou consultorias que prestam serviços na ADMC que possam conferir conflito de interesse?

Resposta: (x) NÃO () SIM _____

2 - Você teve, nos últimos 4 anos, emprego ou relação profissional com empresa referida acima?

Resposta: (x) NÃO () SIM _____

Declaro que as informações acima são corretas e que não há nenhum outro fator que implique real, potencial ou aparente conflito de interesses por mim conhecido, que possa afetar o meu julgamento e a minha atuação como profissional do Sistema Único de Saúde - SUS, atuando na ADMC.

Declaro ainda, que informarei caso haja qualquer mudança nessas circunstâncias e, seguindo as orientações legais de transparência e objetividade nas atividades públicas, autorizo a sua publicação.

NOME

CARGO/ LOTAÇÃO

Matrícula:

APÊNDICE III
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

M O D E L O

A empresa _____, com sua sede ou filial no Distrito Federal endereço _____, CNPJ nº _____, neste ato representada por _____,

DECLARA QUE no caso de consagrar-se vencedor(a) do certame se compromete a entregar, no momento da assinatura do contrato ou ata, ou da emissão da Nota de Empenho para fornecimento do produto ou serviço objeto do certame, a **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), Certificado de Registro de Produto (CRP), Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) e Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) Estadual/ Municipal/ Distrital (vigente)**, sob pena de aplicação de penalidades previstas no art. 87, da Lei Federal nº 8666/1993, art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no Decreto Distrital nº 26.851/2006.

Local, ____ de _____ de _____.

Representante Legal

APÊNDICE IV
TERMO DE COMPROMISSO DE TROCA

M O D E L O

PROCEDIMENTO DE OPERAÇÃO PADRÃO		
Assunto: CRITÉRIOS DE VALIDADE PARA RECEBIMENTO DE ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPME)		
Procedimento nº.:	Substitui nº.:	Página:

Referência: Nota de Empenho nº 20XXNE0XXXX, ARP XXX/20XX-X

A empresa _____, CNPJ _____, telefone nº _____
COMPROMETE-SE perante a Secretaria de estado de Saúde do Distrito Federal a efetuar a substituição do OPME/Código SES contemplado na Nota Fiscal nº _____:

Descrição	Quantidade	Lote	Data de Fabricação	Data de Validade	% Validade Útil (Validade Restante)

À vista da impossibilidade de sua utilização antes do vencimento. Compromete-se ainda a proceder à substituição no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contatos a partir do recebimento da notificação para troca.

Esta Carta de Comprometimento de Troca terá validade indeterminada ou enquanto durar os estoques.

Local, ____ de _____ de _____.

Representante Legal

APÊNDICE V
MODELO DE PROPOSTA

(Em papel timbrado da empresa)

À Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF)

Setor de Rádio e TV Norte (SRTVN),

Quadra 701, Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700

Bairro Asa Norte, Brasília/DF,

CEP 70719-040

Referência: ____/____.

1 - Dados da proposta:

O valor da proposta é de _____ (em algarismo e por extenso), para a prestação dos serviços referente à:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
VALOR TOTAL				

2 - Validade da proposta: 90 (noventa) dias a contar de sua apresentação.

3 - Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da aquisição dos insumos, bem como já estão incluídos todas as despesas relativas à entrega, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

4 - Declaramos, ainda, que inexistente qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com serviço ou dirigente da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF).

OBS: Inclusão na Proposta das seguintes informações:

- Descrição detalhada do item, COM INDICAÇÃO de todas as características dos produtos cotados, com especificações claras e detalhadas, nome comercial.
- Inclusão de toda e qualquer observação necessária ao conhecimento da SES/DF que complementem as especificações mínimas requeridas referentes aos produtos cotados.
- Preço unitário e total da proposta em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso.
- Declaração expressa de que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, inclusive para a entrega dos materiais no endereço indicado no Edital.
- Declaração expressa de estar de pleno acordo com todas as condições e obrigações constantes do edital e seus anexos.
- Prazo de validade da Proposta não inferior a 90 (noventa) dias.
- Prazo de entrega não superior a ----- (-----) dias corridos, contados na forma do Item 16 do Edital.
- Razão social, endereço completo, telefone, da empresa proponente, CNPJ, nome do banco, agência e nº da conta bancária onde deseja receber os seus créditos.
- Juntar todos os documentos solicitados no item 6.

PREÇO TOTAL DA PROPOSTA R\$: _____ (valor por extenso)

VALIDADE DA PROPOSTA: ____/____/____ (Não inferior a 90 dias)

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

BANCO: ____ AGÊNCIA: ____ CONTA CORRENTE: _____

_____, ____ de _____ de _____

- carimbo padronizado de CNPJ -

Assinatura do responsável pela empresa

Brasília, ____ de _____ de 20 ____.

ANEXO II

PLANILHA CONSOLIDADA DE PREÇOS DE MERCADO

PLANILHA DE CARÁTER SIGILOSO, conforme previsão no Art. 15 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. O valor será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

ANEXO III

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº: ____/20__

PROCESSO nº: _____.

PREGÃO nº: ____/20__

VALIDADE: ____ (____) meses, a partir da publicação no DODF, não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, na Gerência de Contratos, localizada no SRTVN 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º Andar, Sala Central de Compras, Brasília/DF; CEP 70.723-040 a Secretária de Estado de Saúde do Distrito Federal, **LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ**, nomeada no Decreto de 06 de Junho de 2022, publicado na EDIÇÃO EXTRA Nº 47-A do DODF, de 06 de junho de 2022 (Página 3), com delegação de competência previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com a Lei Distrital nº 938/95, Lei Distrital nº 2.340/99, do Decreto Distrital nº 39.103, de 06/06/2018, os Decreto Distrital nº 21.928/2001, Portaria nº 563/SEFP, de 05.09.2002 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº _____, publicado no DODF nº _____, de ____ de _____ de _____, página nº _____ e a respectiva homologação, conforme SEI nº _____ do processo nº _____, RESOLVEM registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), na(s) quantidade(s) estimada(s) anual(is), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) no(s) item(ns), observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. Solicitação de Registro de Preços para eventual aquisição de material de ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPME) – **CADEIRAS DE RODAS DIVERSAS**, contemplados na Tabela SUS DE OPME do Ministério da Saúde, para atender as demandas da Gerência de Serviços de Saúde Funcional da Secretaria de Saúde do DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital de Pregão nº ____/20__, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentada pelo licitante, conforme consta nos autos do processo nº. _____.

1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição em Unidades de acordo com suas necessidades.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no DODF, não podendo ser superior a um ano;

CLÁUSULA III - DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Administração, ou gerenciamento, da presente Ata caberá à _____.

CLÁUSULA IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada, para a aquisição do respectivo objeto, pela Administração direta e indireta, autárquica e fundacional e pelas empresas públicas do Distrito Federal, conforme preconiza a Lei Distrital nº 2.568, de 20 de julho de 2.000, desde que autorizada sua utilização, pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

4.1.1. A utilização referida neste item só será possível se o consumo da quantia estimada no anexo I do Edital e desta Ata não tiver sido esgotado para o período.

CLÁUSULA V - DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E CONSUMO

5.1. O(s) preço(s) ofertado(s), especificação(ões) e consumo(s) médio(s) anual(is), marca(s) do(s) produto(s), empresa(s) e representante(s) legal(is), encontram-se enunciados na presente ata.

CLÁUSULA VI - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1. O local de entrega será no(a) _____, localizado no _____, de acordo com Anexo I do Edital de Pregão nº ____/20____, em até ____ (____) dias corridos, contado a partir da assinatura do Contrato, em dia de expediente do órgão solicitante, em seu horário de funcionamento.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco de Brasília – BRB, até o 30º (trigésimo) dia a contar da data em que for atestado o fornecimento definitivo pela Unidade requisitante mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota fiscal-fatura, ou após a sua representação, sanadas as irregularidades constatadas.

7.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar às Unidades Administrativas que emitirem a Nota de Empenho, os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias, Seguridade Social e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no Decreto nº 8.302/2014;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

V – Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);

VI – Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).

VII - Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014

7.3. Nenhum pagamento será efetuado à Licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.4. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

– a multa será descontada da garantia do respectivo contratado e se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

7.5. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

7.5.1. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:

I - Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. Cada compra deverá ser efetuada mediante autorização da Subsecretaria de Administração Geral.

8.2. O(s) fornecedor(es) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº ____/20__, especialmente às especificadas no Anexo I do referido Edital;

8.3. Serão de responsabilidade do(s) concorrente(s) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídos por força da lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA IX - DAS PENALIDADES

9.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do Pregão, serão aplicadas as sanções estabelecidas no Decreto 26.851/2006, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº. 103 de 31 de maio de 2005, pág. 05 a 07, alterado pelo Decreto nº 35.831/2014, que regulamentou a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais Lei n.º 8.666/93 e 10.520/2002.

9.1.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas no Edital e nesta Ata ou nos contratos decorrentes de sua adesão, em face do disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no referido Decreto Distrital contido no item 17 deste edital.

9.2 Os administradores das empresas devem prestar declaração no ato da assinatura do contrato quanto a não ocorrência de nepotismo, sendo que em caso de inobservância da proibição, haverá suspensão de repasses até que ocorra a regularização, sem prejuízo da responsabilização dos envolvidos.

CLÁUSULA X - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do registro, admitida revisão quanto houver desequilíbrio de equação econômico-financeiro inicial a ata, nos termos da legislação que rege a matéria;

10.2. O reajustamento dos preços registrados somente será possível se autorizado por alteração das Normas Federais pertinentes à política econômica.

CLÁUSULA XI - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. O objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido pela Unidade requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada, e demais normas pertinentes.

11.1.1. A Unidade Administrativa deverá criar comissão para recebimento de material com valor superior ao limite estabelecido no art. 23, conforme determinado pelo § 8º do art. 15 do diploma legal mencionado.

11.2. A Unidade administrativa requisitante reserva-se o direito de proceder, no prazo de 05 (cinco) dias, à inspeção de qualidade nos produtos e recusá-los, integralmente ou em parte, se estiver em desacordo com as especificações do objeto licitado.

11.3. Não serão aceitos materiais reconicionados ou remanufaturados sob qualquer forma;

CLÁUSULA XII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O cancelamento da Ata de Registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

12.1.1. Pela Secretaria de Estado de Saúde, mediante comunicação da Unidade requisitante, quando o fornecedor:

12.1.1.1 não cumprir as condições da ata de registro de preços;

12.1.1.2 a não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

12.1.1.3. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

12.1.1.4. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado;

12.1.1.5. Por razões de interesse público, devidamente demonstrado, e justificado pela Administração.

12.1.2. Pelo fornecedor mediante solicitação por escrito:

12.1.2.1. A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro dos preços deverá ser dirigida à Subsecretaria de Administração Geral da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

12.2. O cancelamento da ata de registro de preço nas hipóteses previstas nos subitens 12.1.1.1, 12.1.1.2 e 12.1.1.3 será formalizado pela SES-DF, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.2.2 Fica estabelecido que fornecedor deverá comunicar imediatamente à Subsecretaria de Administração Geral/SES-DF, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

CLÁUSULA XIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

13.1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão solicitadas pelo Setor de Programação e autorizadas pela respectiva Subsecretaria responsável, sendo posteriormente encaminhadas ao Fundo de Saúde que promoverá a autorização e emissão da correspondente Nota de Empenho.

CLÁUSULA XIV - DAS ALTERAÇÕES

14.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão nº ____/20__ e seus anexos, as propostas com preços, especificação, consumo médio anual, por item.
- 15.2. O(s) caso(s) omissos será(o) resolvido(s) de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94 e pela Lei Federal nº 9.648/98, e, com as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

_____	_____
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE	licitante vencedor
Testemunhas:	

PREGÃO Nº		/20__		ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº			
1º LUGAR							
EMPRESA							
CNPJ		INSC ESTADUAL			BANCO	AGÊNCIA	CONTA-CORRENTE
TELEFONE					ENDEREÇO		
SÓCIO-DIRETOR					RG		CPF
PROCURADOR					RG		CPF
1º LUGAR							
ITEM	QTD ESTIMADA ANUAL	CÓDIGO SES	UN	QTD POR EMBALAGEM	ESPECIFICAÇÃO		VALOR UNITARIO

PROCESSO Nº				PREGÃO Nº		/20__		ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº			
2º LUGAR E DEMAIS LUGARES (indicada para os licitantes que aceitarem cotar preços iguais ao do vencedor)											
EMPRESA											
CNPJ			INSC ESTADUAL				BANCO	AGÊNCIA	CONTA-CORRENTE		
TELEFONE						ENDEREÇO					
SÓCIO-DIRETOR						RG		CPF			
PROCURADOR						RG		CPF			
1º LUGAR											
ITEM	QTD ESTIMADA ANUAL	CÓDIGO SES	UN	QTD POR EMBALAGEM	ESPECIFICAÇÃO			VALOR UNITARIO			

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

Contrato para Aquisição de Bens pelo Distrito Federal nº ____/____ - ____, nos termos do Padrão nº 07/2002.

Processo nº _____.

Cláusula Primeira – Das Partes

1.1. O Distrito Federal, por meio de _____, representado por _____, na qualidade de _____, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e _____, doravante denominada Contratada, CNPJ nº _____, com sede em _____, representada por _____, na qualidade de _____.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do Edital de _____ nº _____ (SEI nº _____), da Proposta de SEI nº _____, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Distrital nº 39.103/2018.

Cláusula Terceira – Do Objeto

3.1. O Contrato tem por objeto a Solicitação de Registro de Preços para eventual aquisição de material de ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPME) – **CADEIRAS DE RODAS DIVERSAS**, contemplados na Tabela SUS DE OPME do Ministério da Saúde, para atender as demandas da Gerência de Serviços de Saúde Funcional da Secretaria de Saúde do DF, conforme descritivo e quantitativo do Anexo I do edital de _____ nº _____ (SEI nº _____) e a Proposta de SEI nº _____, marca(s) do(s) produto(s), modelo(s), na quantidade de _____, que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma de Fornecimento

4.1. A entrega do objeto processar-se-á de forma integral em até **30 (trinta) dias corridos** a contar da assinatura do Contrato Administrativo, conforme especificação contida no Edital de _____ nº _____ (SEI nº _____) e na Proposta de SEI nº _____, facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas no § 1º, art. 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.

4.2. As entregas deverão ser obrigatoriamente agendadas com a Gerência de Armazenamento e Distribuição de Opme e Dmi, pelo endereço eletrônico: opmecentral.sesdf@gmail.com e os produtos deverão ser entregues conforme especificação, no local abaixo:

4.2.3. GERÊNCIA DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE OPME E DMI: Parque de Apoio da Secretaria de Saúde - SIA/SGAP - Lote 6 - Bloco G – CEP: 71.215-000. Horário de Atendimento: 14h às 18h.

4.3. O material será recebido:

4.3.1. Provisoriamente: mediante termo circunstanciado, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

4.3.2. Definitivamente: mediante termo circunstanciado, após verificar que o material entregue possui as características consignadas neste Termo de Referência, ressalvados os casos de vícios não detectáveis no ato do recebimento, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1. O valor total do Contrato é de _____ (_____), devendo a importância de _____ (_____) ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº _____, de _____, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária:

II – Programa de Trabalho:

III – Natureza da Despesa:

IV – Fonte de Recursos:

6.2 – O empenho inicial é de _____ (_____), conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em _____, sob o evento nº _____, na modalidade _____.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

7.1. O pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco de Brasília – BRB, até o 30º (trigésimo) dia a contar da data em que for atestado o fornecimento definitivo pela Unidade requisitante mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota fiscal-fatura, ou após a sua representação, sanadas as irregularidades constatadas.

7.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar às Unidades Administrativas que emitirem a Nota de Empenho, os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias, Seguridade Social e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no Decreto nº 8.302/2014;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

V – Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);

VI – Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).

VII – Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014)

7.3. Nenhum pagamento será efetuado à Licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.4. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

– a multa será descontada da garantia do respectivo contratado e se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

7.5. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

7.5.1. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:

I - Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

8.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

Cláusula Nona – Da Garantia e da Assistência Técnica

9.1. A Contratada deverá apresentar à **CONTRATANTE**, prazo no máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo §1º art. 56 da Lei nº 8.666/1993, a ser restituída após a execução satisfatória;

9.2. DA GARANTIA TÉCNICA

9.2.1. O produto adquirido deverá apresentar um prazo de garantia técnica, a partir da data de entrega para o paciente, por no mínimo 12 (doze) meses ou prazo estabelecido pelo fabricante, quando este for superior;

9.2.2. O fabricante responsabilizar-se-á neste período pela integralidade do produto e pela reparação de possíveis problemas ou falhas no funcionamento do bem.

9.3. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

9.3.1. A empresa fornecedora deverá garantir assistência técnica dos produtos por 12 (doze) meses ou prazo estabelecido pelo fabricante, quando este for superior, contra defeito de fabricação, a partir da data de entrega para o paciente, sem ônus para SES/DF;

9.3.2. Contratada deverá encarregar-se e responsabilizar-se pela retirada, transporte, frete, conserto e entrega dos produtos, quando for o caso, sem qualquer ônus para SES-DF;

9.3.3. O atendimento de assistência técnica deve ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do registro da chamada do paciente;

9.3.4. Os materiais necessários para manutenção dos produtos serão fornecidos pela empresa fornecedora durante o período de garantia, sem ônus à SES/DF;

9.3.5. Fornecer Assistência Técnica em Brasília, pois caso seja constatado algum defeito de fabricação, após a entrega do produto, os pacientes poderão encaminhar diretamente para a Análise Técnica com os técnicos da empresa Contratada, bem como o conserto ou o reparo possa ser realizado de forma imediata, eximindo a SES-DF de qualquer responsabilidade nesse tramite;

9.3.6. Concluir os reparos do prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data da comunicação. Não tendo reparado os defeitos, o material deverá ser substituído por outro novo, idêntico e em perfeito estado de sua propriedade;

9.3.7. A Contratante poderá a qualquer tempo e a seu critério exclusivo, por intermédio do(s) executor(es) do contrato, solicitar a apresentação de comprovação da procedência dos materiais utilizados nos serviços do contrato;

9.3.8. A Contratada deverá garantir os serviços executados, que incluam materiais necessários para assistência técnica, até o final da garantia.

Cláusula Décima – Da responsabilidade do Distrito Federal

10.1. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1. A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2. Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste documento, seus apêndices e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.6. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e seus apêndices, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo e procedência;

11.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990;

- 11.8. Cumprir com o disposto na Lei nº 6.679, de 24/09/2020, que dispõe sobre a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres nas empresas que contratam com o Poder Público do Distrito Federal;
- 11.9. Cumprir com o disposto na Lei nº 6.112, de 02/02/2018, alterada pela Lei nº 6.176 de 16/07/2018 e pela Lei nº 6.308, de 13/06/2019 que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal;
- 11.10. Cumprir com o disposto na Lei nº 8.078, de 11/11/1990, que estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias;
- 11.11. Cumprir com o disposto no Decreto nº 39.736, de 28/03/2019, que dispõe sobre a Política de Governança Pública e Compliance no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal;
- 11.12. Cumprir com o disposto no Decreto 9.178, de 23/10/2017, que altera o Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
- 11.13. Cumprir com o disposto na Portaria nº 356, de 29/07/2019, da Controladoria Geral do Distrito Federal;
- 11.14. Cumprir com o Manual de Boas Práticas de Gestão de Órteses, Próteses e Materiais Especializados do Ministério da Saúde;
- 11.15. Manter, durante toda execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.16. A Contratada deverá encarregar-se e responsabilizar-se pela montagem dos produtos, no ato da entrega e/ou após agendamento do NUPOP, sem qualquer ônus para SES-DF;
- 11.17. Informar ao paciente, por escrito, no momento da entrega do produto, quanto:
- 11.17.1. A manutenção adequada do produto, garantindo o funcionamento e a durabilidade;
 - 11.17.2. Ao direito às revisões periódicas e manutenções quando couberem;
 - 11.17.3. Ao período e a cobertura da garantia;
 - 11.17.4. Às orientações em caso de defeitos;
- 11.18. Essa Secretaria somente entregará o material a ser substituído mediante a apresentação do material a ser entregue pela empresa.

Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual

- 12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.
- 12.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades

- 13.1 O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital e no Decreto Distrital nº 26.851/06, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.
- 13.2 Os administradores das empresas devem prestar declaração no ato da assinatura do contrato quanto a não ocorrência de nepotismo, sendo que em caso de inobservância da proibição, haverá suspensão de repasses até que ocorra a regularização, sem prejuízo da responsabilização dos envolvidos.

Cláusula Décima Quarta – Da Rescisão Amigável

- 14.1. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente em comum acordo, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração e não haja motivo para rescisão unilateral do ajuste, bastando para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

- 15.1. O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – Dos débitos para com a Fazenda Pública

- 16.1. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sétima – Do Executor

- 17.1. O Distrito Federal, por meio de _____, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro

- 18.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela SES-DF, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela

Cláusula Décima Nona - Do Combate à Corrupção

19.1. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060,

Cláusula Vigésima – Do Foro

20.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Brasília, ____ de _____ de 20 ____.

Pelo Distrito Federal:

Pela Contratada:

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

M O D E L O

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 10.024 de 20/09/2019, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 40.205, de 30/10/2019.

Compromete-se, ainda, **quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a)**, a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: SRTVN 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º Andar, Sala Central de Compras, Brasília/DF; CEP 70.723-040.

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preferencialmente preencher em papel timbrado da empresa e apresentar registro cadastral no SICAF, além de toda a documentação necessária relativas à:

- I) habilitação jurídica, quando for o caso;
- II) qualificação técnica;
- III) qualificação econômico-financeira, quando for o caso;
- IV) regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema de seguridade social e o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS;
- V) regularidade fiscal perante s Fazendas Estaduais e Municipais; e
- VI) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

M O D E L O

ÓRGÃO/ENTIDADE
PROCESSO
MODALIDADE DE LICITAÇÃO
NÚMERO DA LICITAÇÃO
LICITANTE
CNPJ/CPF
INSCRIÇÃO ESTADUAL/DISTRITAL
REPRESENTANTE LEGAL
CPF

A pessoa física ou jurídica acima identificada, por intermédio de seu representante legal, declara que não incorre nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

